



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
GESTÃO EM ARQUIVOS**

**UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

Cristina Strohschoen

São João do Polêsine, RS, Brasil
2009

**UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

por

Cristina Strohschoen

Monografia apresentada ao Curso Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão em Arquivos.**

Orientadora: MSC DENISE MOLON CASTANHO

São João do Polêsine, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil
Curso de Especialização – *Lato Sensu* – Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL**

elaborada por
Cristina Strohschoen

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Denise Molon Castanho, Msc.
(Presidente/Orientadora)

Maria Alcione Munhoz, Dra. (UFSM)

André Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)

São João do Polêsine, 14 de novembro de 2009.

Meus sinceros agradecimentos

... a UFSM, por, lá nos idos de 1991, tornar-me Arquivista e por proporcionar-me esta nova oportunidade de aprendizagem;

... aos professores desta Especialização pela absorção de conhecimentos;

... aos Coordenadores da Educação a Distância da Unijuí, prof. Sikberto Marks e Liane Dalmolin Wissmann, culpados por “contaminarem-me” com o assunto EAD;

... a professora Denise Molon Castanho, por aceitar a orientação deste estudo e por *calar* no coração dos acadêmicos (incluindo o meu) o lema “Arquivologia! Ame-a ou deixe-a!” ;

... a professora Maria Alcione Munhoz, pela preciosa validação elaboração do questionário aplicado;

... a família *mais-que-amiga* de Santa Maria, Rosilaine, Jeverson Bello e filhos, pelas estadias durante os encontros presenciais;

... e a minha família, por mais uma vez entender minhas ausências.

“Afinal, já não se fazem mais casas como antigamente. Nem avião. Nem rádio, nem jornal. Nem mesmo bola de futebol. A tecnologia muda tudo, e faz tudo melhor.”

(Niskier, 2000, p.387)

RESUMO

Monografia
Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

AUTORA: CRISTINA STROHSCHOEN

ORIENTADORA: Profa. Msc. DENISE MOLON CASTANHO

Data e Local da Defesa: São João do Polêsine, 14 de novembro de 2009.

A universidade é uma instituição antiga, quase milenária, que assume diferentes formas e identidades, conforme o século e de acordo com o país. Os novos paradigmas que sustentam o processo do ensinar ao apreender inserem-se no contexto de um ambiente virtual e de uma nova modalidade de ensino... ead. O propósito deste estudo foi investigar a possibilidade de implementação da educação à distância no ensino arquivístico, na percepção dos Coordenadores dos Cursos de Graduação de Arquivologia em funcionamento no Brasil. Foram quatorze as Instituições de Ensino Superior analisadas, das quais onze IES federais e três estaduais. Os conceitos que nortearam a compreensão teórica da problemática - a sustentação da investigação científica - foram ensino superior, educação à distância e ensino arquivístico. A modalidade ead no Brasil, bem como os Cursos de Arquivologia oferecidos no país (graduação, pós-graduação e técnico) foram contextualizados desde seu início até a atualidade. Os dados necessários para responder ao objeto da investigação foram obtidos através da observação direta extensiva - aplicação do instrumento de pesquisa, obtendo retorno de 86%. Os resultados mostraram que mais da metade das instituições pesquisadas não tem nenhum estudo sobre aplicação de ead na Arquivologia. Apenas 42% dos Coordenadores de Cursos já tiveram experiência como docente em ead, e 33% nunca tiveram nenhuma experiência com ead (tutor ou discente). No entanto, a maioria dos pesquisados concordou com a assertiva de que a necessidade de os

professores, como conteudistas, produzirem seus materiais didáticos, enriquecer o processo ensino-aprendizagem. A única oferta de ensino arquivístico no país por ead é na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em convênio com a Universidade Aberta do Brasil: a primeira edição do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Arquivos foi no ano de 2008. Sua duração é de dezoito meses e a carga horária de 360 horas/aula, com pólos em três cidades do RS, locais onde ocorrem as avaliações presenciais das disciplinas, a cada bimestre.

Palavras-chave: arquivologia – educação à distância – ensino superior.

ABSTRACT

Post-Graduation Lato Sensu monograph from
Federal University of Santa Maria and Opened University of Brazil
Specialization in Archives Management

A STUDY ABOUT THE USAGE OF DISTANCE EDUCATION ON ARCHIVOLOGY GRADUATION IN BRAZIL

Author: CRISTINA STROHSCHOEN

Guider: Profa. DENISE MOLON CASTANHO PhD

Date and Place of Defense: São João do Polêsine, 14th of November, 2009

The university as an ancient institution and being almost millennial assumes various forms and identities depending on the century and according to the country taken in to consideration. The new paradigms sustaining the teaching and learning process are intricated in a virtual environment and a new modality of education. Distance Education. The purpose of this thesis is to investigate the possibility of Distance Education implementation in archives studies under the point of view of Coordinators of Archivology Graduation Courses implemented in Brazil. There were fourteen Institutions of Superior Teaching analyzed of which eleven are from the Federal system and three are from the Statal system. Theoretical concepts of guidance were observed to improve the comprehension of the questions involved – the sustain of cientific investigation is based on Superior Teaching, Distance Education and Archieve Teaching. Distance Education in Brazil as well as the offering of Archivology Courses (graduation, post-graduation and technical courses) were rather contextualized from beggining to the present times. The necessary data to respond to the object of investigation was obtained through out direct and extensive observation, aplication of research tool, obtaining the return of 86%. These results show that more than half a group among the reasearched institutions does not have studies on Distance Education in Archivology. Only 42% of the Courses Coordinators have previous experience in Distance Teaching and, 33% never had experienced Distance Education as tutor or student. However, the majority of the surveyors agreed on the point that the masters as wide and narrow content formers,

must produce their own teaching materials looking forward enrich the process of teaching and learning. Only the Federal University of Santa Maria is offering Archives Study in Distance Education in this country in partnership with the Brazilian Opened University. Its first edition of *Latu Sensu* post-graduation course in Archives Management was in the year of 2008. The course lasts for eighteen months, with duration of 360 hours of lecture in total. The institutions has three poles around the state of Rio Grande do Sul, where the students take presencial evaluations for every learning component each bimester.

Keywords: archivology – distance education – superior teaching

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Sistema educativo brasileiro	23
FIGURA 2 – Número de IES por categoria no Brasil 1991 – 2000.....	24
FIGURA 3 – Evolução da pós graduação 1976 - 2000	25
FIGURA 4 – Cinco gerações de ead	27
FIGURA 5 – Competências e habilidades das pessoas.....	31
FIGURA 6 – Localização geográfica dos Cursos de Arquivologia.....	41
FIGURA 7 – Gráfico de experiências com ead.....	53
FIGURA 8 – Gráfico de produção de material didático	54
FIGURA 9 – Gráfico de viabilidade de acesso à Educação Superior Pública	55
FIGURA 10 – Gráfico de ead na Arquivologia.....	56
FIGURA 11 – Gráfico de áreas/conteúdos com possibilidade de ensino por ead.....	57
FIGURA 12 – Gráfico de conhecimento da legislação sobre ensino semi-presencial	58
FIGURA 13 – Gráfico de contribuição da ead na qualificação do ensino presencial	59
FIGURA 14 – Gráfico de crenças sobre ead	60
FIGURA 15 – Gráfico de educação de qualidade favorecida por TIC's	60
FIGURA 16 – Gráfico de favorecimento de produção de conhecimento com uso de ferramentas telemáticas	61
FIGURA 17 – Gráfico de motivação devido à liberdade de escolha de tempo e espaço .	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo número de PCs e % usuários internet países do mundo....	26
Tabela 2 – Lista de oferta de disciplinas Curso Graduação em Arquivologia.....	34
Tabela 3 – Disciplinas propostas para formação arquivística	36
Tabela 4 – Cursos de Arquivologia no Brasil.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.1 Apresentação do Tema e Formulação do Alvo do Estudo.....	16
1.2 Objetivos do Estudo	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 Justificativa	17
1.4. Metodologia	18
1.4.1 Classificação da Pesquisa	18
1.4.2 Coleta, análise e interpretação de dados	19
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 Ensino Superior	21
2.2 Educação a distância.....	26
2.3 Ensino arquivístico no Brasil.....	32
3 CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL.....	40
3.1 Caracterização das Instituições de Ensino Superior	40
3.1.1 Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	42
3.1.2 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.....	44
3.1.3 Universidade Federal Fluminense – UFF.....	44
3.1.4 Universidade de Brasília – UNB	45
3.1.5 Universidade Estadual de Londrina – UEL	45
3.1.6 Universidade Federal da Bahia – UFBA	46
3.1.7 Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	47
3.1.8 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	47
3.1.9 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	48
3.1.10 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.....	48
3.1.11 Fundação Universidade de Rio Grande – FURG	49
3.1.12 Universidade Federal da Paraíba – UFPB	49
3.1.13 Universidade Federal de Manaus – UFAM.....	50
3.1.14 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	50
3.1.15 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	51
3.1.16 Universidade Federal do Maranhão – UFMA	51
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	52
4.1 As experiências com modalidade de ensino educação à distância	52
4.2 A produção de material didático	53

4.3 A viabilidade de acesso ao Ensino Superior Público	55
4.4 A oferta de ead na Arquivologia	56
4.5 As áreas e/ou conteúdos com possibilidade de ensino por ead	57
4.6 A modalidade semi-presencial na LDB	58
4.7 A qualificação do ensino presencial	59
4.8 As crenças sobre ead	59
4.9 As tecnologias de informação e comunicação	60
4.10 O uso de ferramentas telemáticas	61
4.11 A motivação	62
4.12 Os sentimentos.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
APÊNDICES.....	76

INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se de uma Monografia de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão em Arquivos, promovida por convênio entre Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e tendo como alvo de estudo a possibilidade da implementação da educação à distância na área da Arquivologia.

Investiga a possibilidade de implementação da educação a distância na área de Arquivologia na percepção dos Coordenadores dos Cursos de Graduação de Arquivologia em funcionamento no Brasil.

A análise ocorreu a partir da percepção dos Coordenadores dos doze Cursos de Graduação de Arquivologia em funcionamento no Brasil, sendo nove instituições de ensino superior federais e três estaduais.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é delimitado o tema e questão de estudo, os objetivos e justificava que fundamentam o trabalho, com o propósito de demonstrar as possibilidades de ensino na modalidade à distância; assim como a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

A fundamentação teórica, no segundo capítulo, descreve e define as teorias que norteiam a compreensão teórica da problemática. São apresentados conceitos de ensino superior, educação à distância e ensino de arquivística, que permitem compreender o tema de estudo. É a sustentação da investigação científica.

O terceiro capítulo caracteriza as instituições de ensino superior (IES) brasileiras que possuem, aprovados, nas instâncias superiores e órgãos colegiados, o Curso de Graduação em Arquivologia

O quarto capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos Coordenadores de Cursos de Graduação de

Arquivologia, em andamento, em IES do Brasil. Apresenta a sistematização dos resultados da pesquisa, relacionando os aspectos conceituais ao estudo empírico.

As considerações finais constituem o quarto e último capítulo, seguidas dos referenciais bibliográficos consultados para fundamentar o estudo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A universidade é uma instituição antiga, quase milenária, que assume diferentes formas e identidades, conforme o século e de acordo com o país. De acordo com Le Goff (1996), o ponto de partida para o entendimento da universidade, enquanto instituição é o reconhecimento de que ela é o produto das cidades, do espaço no qual surge um novo personagem social, o intelectual, que ocupa na divisão do trabalho as funções de escrever e ensinar, diferenciando-se das funções eclesiais.

A computação origina-se no desenvolvimento humano da automação, principalmente nas tentativas de automatizar cálculos matemáticos e trabalhos manuais dos mais diversos tipos. Foi na Universidade de Harvard, com a Marinha dos EUA e a IBM que foi desenvolvido o primeiro computador eletrônico.

Na década de 40, os conceitos difundidos pela famosa obra Vida Digital (Negroponte, 1995) sobre a diferença entre bits e átomos, suas teorias a respeito do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICS) e sua profetização sobre que “não haverá nada que se possa fazer que você não acesse lá da sua casa de campo a milhas dos grandes centros urbanos” estimula ainda mais a Revolução Telemática.

Com o advento da internet, começam a ser desenvolvidos Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA), espaços ou lugares onde os participantes interagem entre si sem necessariamente estarem no mesmo tempo cronológico. Os novos paradigmas que sustentam o processo do ensinar ao apreender inserem-se no contexto de um ambiente virtual e surge uma nova modalidade de ensino... ead.

1.1 Apresentação do Tema e Formulação do Alvo do Estudo

O tema desse trabalho pretende identificar o universo da educação à distância no país, bem como os Cursos de Arquivologia em funcionamento e os projetos novos.

A pergunta que motiva esta investigação é: **Existe possibilidade de aplicação da educação à distância na área da Arquivologia em cursos de graduação, pós-graduação ou técnicos?**

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo geral

Investigar as possibilidades de implementação da educação a distância na área da Arquivologia.

1.2.2 Objetivos específicos

- Construir um referencial teórico sobre **a modalidade** de educação a distância e ensino superior em Arquivologia, enfatizando a legislação;
- Contextualizar os Cursos de Arquivologia oferecidos no país (graduação, pós-graduação e técnico);
- Analisar as possibilidades de implementação da modalidade educação a distância na área da Arquivologia

1.3 Justificativa

Estudos anteriores já propuseram analisar as possibilidades de implementação da educação a distância na área arquivística, sobretudo a tese de doutorado do professor Luiz Cleber Gak, da UFRJ, sob tema “Rumos da Educação Arquivística no Brasil”. No ano de elaboração de sua tese – 2005, eram nove os Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil.

A relevância da realização desta pesquisa é contribuir para futuros projetos de ensino na área de Arquivologia e estimular debates sobre a temática.

Partindo da premissa de que a educação a distância é vista como a revolução do ensino superior e da necessidade de modernização dos cursos e currículos de Arquivologia, justifica-se averiguar o tema.

Podemos afirmar que está havendo uma forte expansão da educação à distância em nosso país. O Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem desenvolvendo estudos permanentes objetivando obter informações exatas sobre as instituições de ensino credenciadas para desenvolvimento de cursos superiores de graduação e/ou pós-graduação *lato sensu* a distância.

A análise de sua evolução mostrava, já no ano de 2005: haviam 2.320 IES no Brasil, sendo 100 federais, 78 estaduais, 58 municipais e 2.084 particulares; desse conjunto, 174 universidades, 110 centros universitários e 2.036 faculdades. Neste mesmo ano 128 obtiveram credenciamento para EAD, destas, 76 universidades, representando 43,67%.

Da mesma forma a contribuição que se pretende com o estudo é a busca de um maior entendimento a respeito da temática proposta tendo em vista conscientizar sobre o mesmo em âmbito nacional.

A legitimidade do tema proposto justifica-se pela originalidade. O diferencial reside na ausência de pesquisa que enfoque a educação à distância na Arquivologia.

1.4. Metodologia

1.4.1 Classificação da Pesquisa

Do ponto de vista de seus objetivos, conforme Gil (1999), a pesquisa é:

- **exploratória** – envolve levantamento bibliográfico e pesquisa nas fontes considerando que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre a implementação ou não do ensino à distância (EAD) aplicado na área da Arquivologia, seja no ensino superior, pós-graduação ou técnico
- **descritiva** – descreve as características de população definida – o universo dos cursos de graduação de Arquivologia no país – bem como a existência ou não de atividades não presenciais nos seus programas de ensino, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática

E ainda, quantos aos meios ou procedimentos técnicos a pesquisa assume as seguintes classificações:

- **pesquisa de campo** - é uma investigação empírica realizada, por meio de questionário com coordenadores de Cursos de Graduação em Arquivologia de instituições de ensino superior do Brasil;
- **bibliográfica** – estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado, ou seja, utiliza também fontes secundárias de informação;
- **documental** – utiliza documentos preservados nos acervos das IES pesquisadas - que oferecem Curso de Arquivologia no país, ou seja, fontes primárias de informação;
- **estudo de caso** – é limitado ao universo das IES do Brasil que oferecem cursos de graduação e/ou pós-graduação em Arquivologia, sendo um estudo contemporâneo profundo e exaustivo de poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento

1.4.2 Coleta, Análise e Interpretação dos Dados

O questionário é enunciado na literatura como um instrumento para obtenção de dados relacionados aos mais variados aspectos da vida social. Apresenta-se com um conjunto de questões pré-elaboradas a partir do tema pesquisado. Objetiva o conhecimento de opiniões, interesses, expectativas, situações vivenciadas (GIL, 1994). Segundo Barros e Lehfeld (2000) o questionário é o instrumento mais usado para o levantamento de informações. Silva e Menezes (2001) esclarecem que o questionário deve ser objetivo e claro.

Os dados necessários para responder ao objeto da investigação foram obtidos através da observação direta extensiva - aplicação do instrumento de pesquisa questionário. O questionário foi elaborado de forma concisa, de modo a despertar o interesse do recebedor. Quanto à forma, as perguntas foram fechadas e algumas, abertas.

O questionário é constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador e enviado ao pesquisado

e devolvido por meio de correio eletrônico. Junto como mesmo foi enviada uma carta explicativa da natureza da pesquisa, sua importância e objetivos.

O instrumento de coleta de dados foi validado pela Dra. Maria Alcione Munhoz, pedagoga, professora do Departamento de Educação Especial, nas modalidades presencial e à distância, e Diretora do Centro de Educação da UFSM. Os sujeitos da pesquisa, que forneceram os dados tabulados pela pesquisadora, foram os coordenadores de Cursos de Graduação de Arquivologia das IES do Brasil.

Conforme GIL a análise e interpretação dos dados estão estreitamente relacionados

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de resposta ao problema proposta para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2000, p. 168)

Os dados coletados foram analisados e interpretados. Desta forma, após realizada a coleta de dados – por meio da aplicação do questionário às IES selecionadas no universo do país – os dados foram tratados de forma qualitativa, comparando o referencial teórico com os dados e de forma quantitativa. Foram usados ilustrativamente gráficos e tabelas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo estão descritos: a fundamentação teórica pesquisada em publicações, periódicos, textos e artigos, visando aprofundar nosso tema de estudo e buscando um maior entendimento sobre a Educação à Distância e o Ensino Arquivístico de Arquivologia oferecido no país; os quais servirão de sustentação para a análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários.

2.1 Ensino Superior

As Universidades surgem ainda no período medieval, entre os séculos XI e XII. Na Europa, no início, estavam vinculadas a organizações religiosas que as controlavam rigidamente. Mais tarde, foram conquistando autonomia, não apenas na forma de sua organização e gerenciamento como também na orientação dos estudos nelas desenvolvidos. As universidades de Bolonha e Paris tornaram-se exemplares, servindo de modelo a muitas outras organizadas na Europa e, posteriormente, em outros continentes. No século XVII ocorreu a fundação das primeiras universidades nas Américas, em regiões de colônias inglesas, francesas e espanholas, que após a independência se converteram nos Estados Unidos, Canadá, México e Peru. As universidades, em todo o mundo, estimularam o desenvolvimento intelectual e passaram a ser o principal espaço de formação de lideranças sociais, religiosas e civis.

Em 1810 foi fundada a universidade de Berlim, a qual defendia o princípio da livre investigação e atraía as atenções de professores e estudantes do mundo todo. A livre investigação valia-se de seminários, laboratórios científicos e estudos monográficos - modelo esse que foi reproduzido em muitos outros países.

No Brasil, a primeira universidade surgiu na segunda década do século 20, no Estado do Paraná. Com a compreensão de que a pesquisa científica era um elemento necessário ao desenvolvimento do país, do mesmo modo como ocorrera na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, promoveu-se a criação de universidades que associavam ensino e pesquisa, visando-se, particularmente, o desenvolvimento de conhecimentos que contribuíssem com o progresso do país. No ano de 1986 já existiam 76 instituições de ensino superior no Brasil.

No caso brasileiro, em particular, a ação universitária se empenhou em atuar em três esferas: o *ensino*, formando recursos humanos nas diversas áreas, a *pesquisa*, desenvolvendo novos conhecimentos e seus possíveis empregos em diversos campos, e a *extensão*, realizando atividades junto à comunidade que, conectadas ao ensino e à pesquisa de novos conhecimentos, colaborem com o desenvolvimento e bem estar dos grupos atingidos. Atuando nestas três esferas as universidades, em diversos países, passaram a cumprir uma tarefa vital e peculiar no cerne das sociedades, sendo responsáveis diretamente ou indiretamente por grandes realizações da humanidade. (MANCE, 2007)

Os artigos cinco e 211 da Constituição Federal de 1988 estabelecem os princípios gerais da educação no Brasil, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDBN) de 1996 redefine o sistema educativo brasileiro, estabelecendo os níveis escolares e as modalidades de educação e de ensino, conforme podemos visualizar no quadro da figura 1.

Nos anos 1990, o ensino fundamental foi eleito pelo governo como assunto de primeira ordem de importância na área educacional, ficando marcada a década da universalização do ensino fundamental¹...o que gerou duas implicações: devido aos limites orçamentários, houve um reduzido investimento no setor de ensino superior público neste período e pouco incentivo ao aprofundamento do debate sobre um novo projeto para a universidade brasileira, por parte dos órgãos governamentais. Para Caixeta (2002, p. 559) “a educação superior, justamente a área mais afeita ao MEC, foi o setor de ensino que menos avanços mostrou ao longo dos oito anos do governo de Fernando Henrique.” No entanto, o número de instituições de ensino privado cresceu a taxas muito elevadas.

¹ Em 2003, 97% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos estavam na escola, em 1989 esse índice era de 85%.

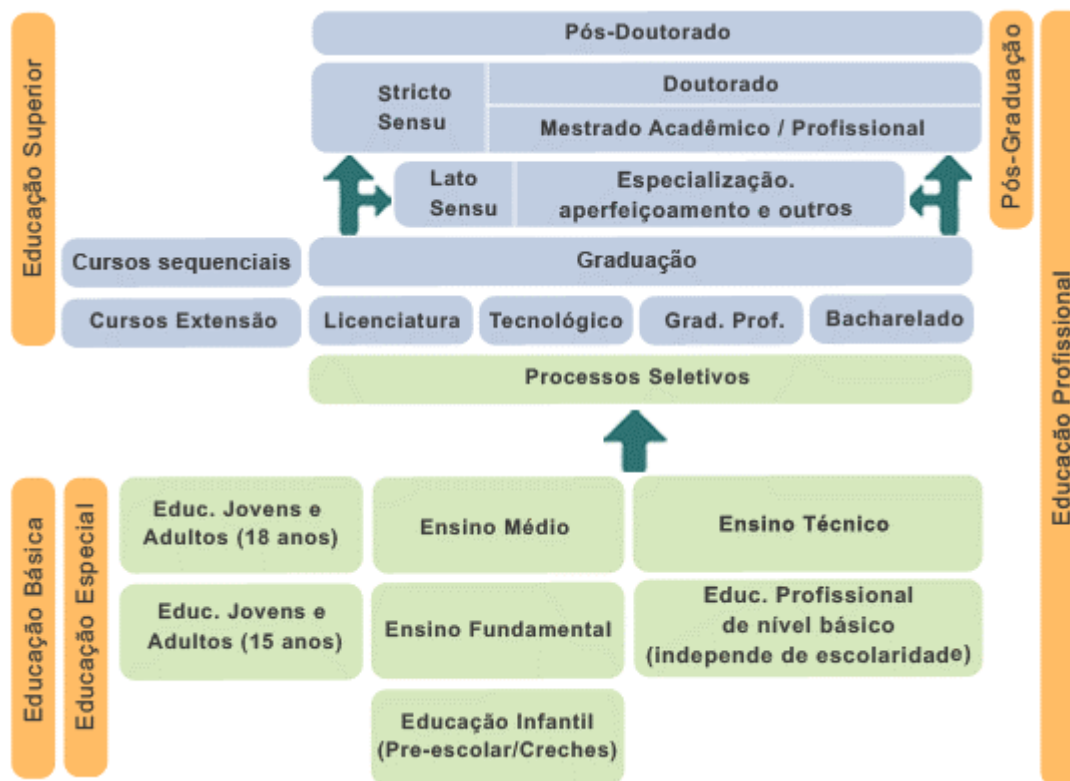


Figura 1 – Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro
 Fonte: http://www.cesar.edu.br/imagens/grafico_estrutura.gif

Segundo o Censo de Educação Superior do MEC de 2000, o ensino superior, em cinco anos, cresceu mais do que nos 14 anos anteriores, representando um acréscimo de 28% nas matrículas. Apesar desse crescimento, no entanto, o Brasil era uma dos países com menor taxa de atendimento no ensino superior à população de 18 a 24 anos de idade: apenas 8% dessa faixa estão matriculados em IES e apenas 12% do total da população brasileira possui curso superior completo.

Estabelecia, por este motivo, o Ministério da Educação, novas metas para os próximos anos, enfocando a adoção de novos processos gerenciais pela Secretaria de Educação Superior e o impacto da adoção dos instrumentos de avaliação. No intuito de implantar um processo contínuo em busca de qualidade, surge a avaliação institucional.

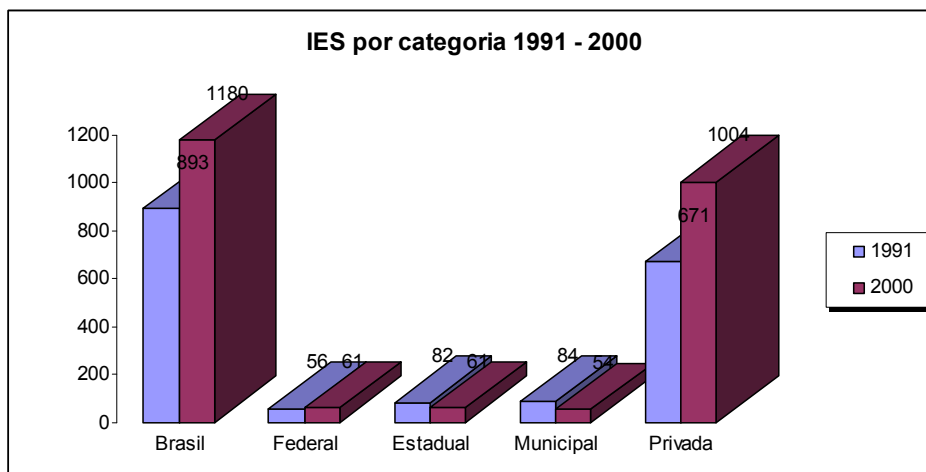


Figura 2 – Número de IES por categoria. Fonte: MEC/INEP adaptada pela autora.

A primeira proposta de avaliação do ensino superior brasileiro foi o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em 1983; no início da década de 1990 surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e em 1995 foi criado o Sistema de Avaliação da Qualidade de Ensino Superior (SINAES), composto de três etapas: o Exame Nacional de Cursos, o questionário aos alunos e a análise das condições de oferta de cursos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabelecia como metas:

- que a oferta de ensino superior deveria ser ampliada, até o final da década, para 30% da faixa etária de 18 a 24 anos;
- que a oferta de ensino público fosse ampliada de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas;
- que a política de expansão estabelecida diminuísse a desigualdade de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país.

Já a construção conceitual dos cursos de pós-graduação no Brasil ocorreu com o parecer 977/65 da Câmara de Ensino Superior, o qual distinguiu dois tipos de pós-graduação, os cursos de *stricto sensu* (objetivo de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo como compromisso o avanço do saber) e os de *lato sensu* (objetivo prático).

Em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária destacou a necessidade de promover uma política nacional de pós-graduação capaz de coordenar os esforços e de mobilizar os recursos materiais e humanos para viabilizá-la, pois reconhecia que a escassez de instituições capazes de oferecer esse

nível de ensino dificultava sua implantação. A seguir, até o ano de 1989 foram elaborados os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) I, II e III. A expansão desse nível de ensino deve-se também aos programas de bolsas de estudos mantidos por agências de fomento como Capes e CNPQ.

Martins (2002) afirma que “nestes últimos 30 anos a pós-graduação tem se constituído o instrumento fundamental da modernização do ensino superior no país contribuindo de forma decisiva para alterar profundamente a sua fisionomia e forma de ser”.

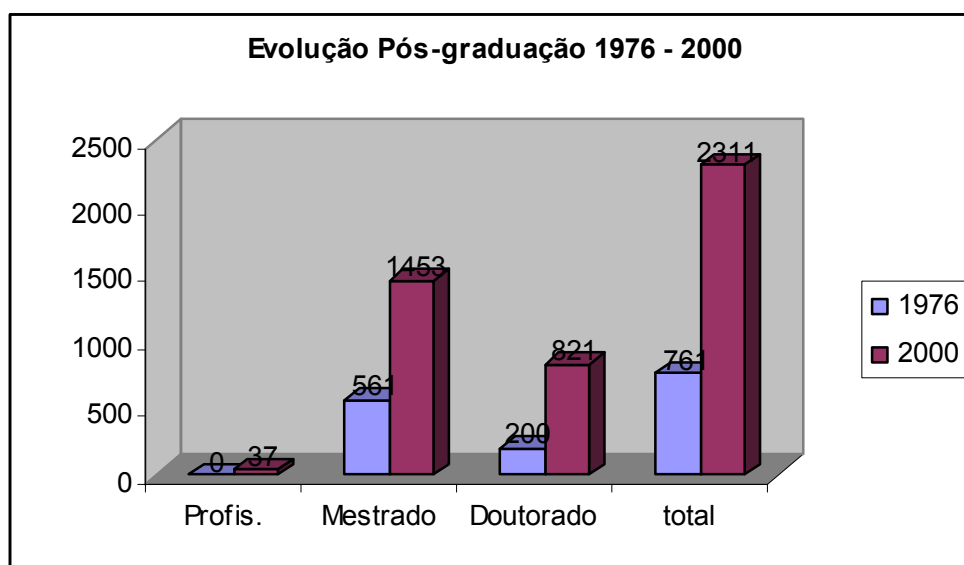


Figura 3 – Evolução do número de cursos de pós-graduação no Brasil Fonte: CAPES/MEC adaptada pela autora

Tem sido exigido dos graduados, formação avançada e atualizada, devido à rápida evolução do conhecimento; e constante elevação da qualidade e produtividade dos seus serviços pelas empresas e instituições, fato que motiva os egressos da academia a continuarem seus estudos.

Cabe-nos, assim, nesta era da informação, indagar sobre as exigências postas à sala de aula a respeito dos usos das linguagens articuladas nos corpos ouvintes e falantes, no suporte da página escrita e no corpo programado da máquina, e articulações distintas, por um lado, e, por outra parte, intercomplementares, transformando-se umas pelas outras e umas nas outras. (MARQUES, 1999, p. 153)

Em consonância com o pensamento de Marques, percebemos que o ensino encontra-se frente a novas possibilidades.

2.2 Educação a distância

Antes de descrevermos a evolução da educação à distância no mundo, cabe contextualizar a realidade brasileira em relação à informática e acesso a internet. Um estudo realizado por três instituições, a Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Cultura, o Instituto Sangari e a Rede de Informações Tecnológicas Latino-Americana (RITLA), utilizou as informações existentes sobre a situação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Brasil, na América Latina e no mundo, para dimensionar as diversas *brechas* entre os que têm e os que não tem acesso ao mundo digital, com especial ênfase no campo educacional (WAISELFISZ, 2007).

Anualmente é elaborado pela União Internacional de Telecomunicação (UIT), a agência das Nações Unidas especializada em tecnologia da informação e da comunicação, uma estimativa sobre o número de microcomputadores existentes num país (sejam domiciliares ou não) e relaciona esse número com o total da população, o que permite construir o indicador “número de PCs cada 100 pessoas”, bem como a estimativa do uso da internet em diversos países do mundo.

Tabela 01 – Comparativo número de PCs e % usuários internet países do mundo

Países do mundo	Número de PCs por 100 habitantes	Países do mundo	% de usuários de internet
1 Suíça	86,2	1 Islândia	87,8
2 Estados Unidos	76,2	2 Suécia	76,2
3 Suécia	76,1	3 Holanda	74,0
4 Canadá	69,8	4 Austrália	70,4
5 Austrália	68,9	5 Ilhas Faroe	70,2
49 Brasil	16,1	76 Brasil	17,2

Fonte: UIT 2005 in: WAISELFISZ, 2007, p.. 24 E 28

No mesmo ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou levantamento sobre o uso da internet por parte da população de 10 anos e mais, e o resultado foi que em 2005, mais de 32 milhões de pessoas de 10 anos e mais usaram a internet nos 3 meses anteriores à pesquisa, o que representa um índice de 21% de pessoas, nessa faixa etária, usuárias da internet.

Apesar de muitos acreditarem que a educação à distância teve início apenas com a invenção da internet, a verdade é que ela evoluiu ao longo de diversas gerações na história.

Embora alguns autores afirmem que os primeiros movimentos relacionados à Ead no Brasil surgiram com a criação do Instituto Rádio Monitor, em 1939 e com o Instituto Universal Brasileiro, a partir de 1941; desenvolveremos este estudo com base na classificação estabelecida por Moore e Kearsley (2007), que divide em cinco as gerações da ead.



Figura 4 – Cinco gerações de educação à distância
Fonte: Moore; Kearsley, 2007, adaptada pela autora

A primeira geração desta modalidade pode ser considerada o ensino por correspondência, porque era baseada em textos e exercícios transportados pelo correio e iniciou no início da década de 1880. A segunda geração seria o uso da televisão e do rádio como difusores. A invenção de uma nova modalidade de organização da educação – em universidades abertas marcou a terceira geração, que não foi muito caracterizada pela tecnologia da informação, no final da década de 60. A quarta geração, na década de 1980, era baseada na tecnologia da teleconferência – interação de um grupo em tempo real a distância, cursos por áudio e vídeo, transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores. A última e mais recente geração - classes virtuais on-line com base na internet, envolve ensino e aprendizado on-line, em classes e universidades virtuais.

O primeiro curso de graduação a distância criado no Brasil foi o de Pedagogia de 1ª a 4ª série pela Universidade Federal do Mato Grosso, em caráter experimental, a partir de 1995 para professores em serviço de rede pública estadual e municipal.

Em 1995, o Departamento Nacional de Educação criou um setor destinado exclusivamente a ead, o Centro Nacional de Educação a Distância. A última reforma educacional brasileira, em 1996, oficializa a educação a distância como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Portanto, a lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consolida esta modalidade de ensino.

A primeira definição legal de ead surge em 1998, no primeiro artigo do decreto n. 2.494:

...educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diferentes meios de comunicação. (Decreto n. 2.494, art. 1º, 1998)

O Decreto n. 5.622 de dezembro de 2005 revogou os decretos 2.294/98 e 2.561/98 e define educação à distância como:

“modalidade educacional na qual a mediação didáticopedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. (Decreto 5.622, 2005, artigo 1º)

A oferta de disciplinas nos cursos superiores na modalidade semipresencial foi normatizada pela Portaria MEC 4.059 de dezembro de 2004 – revogando a Portaria 2.253 de 200. Este ato legal autorizava a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial (com base no Art. 81 da Lei 9394, de 1996, e no disposto na referida Portaria) na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores já reconhecidos em instituições de ensino superior.

Artigo 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos, organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. Artigo 2º. Poderão ser ofertadas disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Demo argumenta com propriedade sobre a necessidade de a Universidade assumir novas formas de disseminar conhecimento revelando que:

...Esta maneira de ver vai obrigar toda universidade que se preze a cultivar formas modernas de disseminação do conhecimento, admitindo, por exemplo, educação à distância como finalidade intrínseca. O risco do uso eletrônico é de ficar apenas na instrução, a exemplo da propaganda, que busca preformar a consciência, não fomentar o espírito crítico. Todavia esse risco é um dos desafios importantes da universidade, no sentido de inculcar na instrumentação eletrônica o aprender a aprender. Cabe a crítica, desde logo, contra a lerdeza da universidade, que, pretendendo ser relevante para a sociedade e seu projeto de futuro, vive à margem dos avanços da informática, sobretudo no que se refere à aula copiada. (DEMO, 1998, p. 83)

Alguns teóricos sobre ead argumentam que é vaga ainda a definição exata do que é designada educação à distância e das razões para o seu crescimento; nesse contexto, questionam se a modalidade significa uma nova abordagem ou se será apenas um modismo passageiro (WAHRHAFTIG; FERRAZZA e RAUPP, 2001).

Na pós-graduação, pioneiro na utilização de educação à distância foi o projeto-piloto de "Cursos de Pós-Graduação lato sensu de Ensino Tutorial à Distância" (POSGRAD) convênio entre a Capes e a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), desenvolvido no período de 1979 a 1983 e que teve como objetivo atender às necessidades de especialização e aperfeiçoamento de docentes em atuação no sistema superior de ensino, em localidades interiorizadas.

A regulamentação federal dos cursos na modalidade presencial também enuncia, que a partir de 2001 o currículo de cursos superiores reconhecidos pode ser oferecido em até 20% de sua carga horária na modalidade a distância. Uma mesma disciplina pode ser oferecida com turmas na modalidade presencial e a distância simultaneamente, pois a caracterização como "à distância" é realizada no nível de turma, no sistema acadêmico da Universidade.

No entanto, a avaliação do desempenho do estudante nas disciplinas a distância deverá dar-se no processo, com a realização de exames presenciais. Os resultados destes exames deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância.

O Censo de Educação Superior do MEC de 2002 foi o primeiro a avaliar a graduação à distância, coletando os seguintes dados: vagas por curso, por tipo de processo seletivo e período; candidatos por curso, tipo de processo seletivo, sexo e período; alunos matriculados por curso, por sexo e período; perdas de alunos por motivo de saída de aluno, por curso, sexo e período; concluintes por curso, sexo e período; alunos bolsistas por percentual de desconto, por curso e período.

Moran lembra que o incentivo ao uso da internet em disciplinas comuns a vários cursos e que podem ser aplicadas a maior número de alunos está sendo incentivado por algumas universidades - o 20% é uma etapa inicial de criação de cultura on-line.

A maior parte dos cursos presenciais e a distância continua focada no conteúdo, na informação, no professor, no aluno individualmente e na interação com o professor/tutor. Alguns cursos à distância começam a ser focados na construção do conhecimento e na interação; no equilíbrio entre o individual e o grupal; entre o conteúdo e a interação (aprendizagem cooperativa), sendo o conteúdo, em parte, preparado e em parte, construído ao longo do curso. (SOARES, 2002, P. 270)

Quanto aos serviços telemáticos mais usados na educação virtual, são o correio eletrônico, em 90% dos cursos superiores. A WEB é a mídia que mais cresce na ead no Brasil (81 instituições de ensino superior a utilizam nos seus cursos). O fórum é uma ferramenta que aparece em pelo menos 50% dos cursos. O chat existe na maior parte dos ambientes, mas a sua utilização é menos freqüente.

Uma reflexão é proposta por Pinto sobre o fato do desenvolvimento das multidimensões humanas e a capacitação das pessoas a interagir com o meio físico, moral, político, social, científico, tecnológico, de forma crítica, criativa e ética serem compromisso da educação.

Como a educação tem a responsabilidade sobre a formação de recursos humanos visando também, à empregabilidade, o reconhecimento da abordagem por competências está ocupando um espaço importante nos discursos dos currículos do ensino superior. Um currículo por competências está metodologicamente construído em três pontos – teoria, prática e pesquisa, voltados para a construção do conhecimento e, conseqüentemente, para a autonomia do pensamento. (PINTO, 2005, p. 107)

Pinto (2005) concorda com Durand (1998) a qual relaciona competência a três dimensões: conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme exemplifica na figura abaixo (ver figura n. 5).

Algumas instituições de ensino superior resolvem investir em criatividade, inovação e diferenciação em educação, como por exemplo, o Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), o primeiro do país na modalidade ead, o qual oferece 52% dos componentes por meio da tecnologia da ead, sendo que as aulas práticas são presenciais, duas semanas nos meses de janeiro e julho.

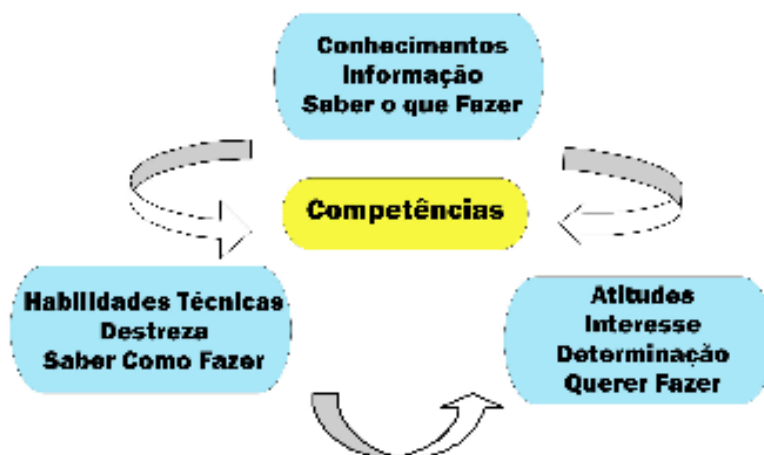


Figura 5 – Competências e habilidades das pessoas
 Fonte: PINTO, 2005, p. 108, adaptado pela autora

Conhecido mundialmente, o termo *e-learning*, que significa – ensino realizado por meios eletrônicos, e é basicamente um sistema hospedado no servidor da empresa que vai transmitir, através da Internet ou Intranet, informações e instruções aos alunos visando agregar conhecimento específico. É de consenso que sua principal vantagem é o rompimento de barreiras geográficas e temporais, ou seja, pode ser feito de qualquer local do planeta a qualquer momento, bastando para isso o acesso a Internet e uma senha.

Segundo a abordagem da teoria do construtivismo sócio-interacionista do psicólogo russo Vygotsky, o ambiente (interatividade disponibilizada pelas redes de internet e intranet) onde se situa o e-learning pode ser visualizado como um meio de comunicação entre aprendizes e orientadores.

Todo o processo de aprendizagem está diretamente relacionado à interação do indivíduo com o meio externo que leva em conta não apenas os objetos mas também os demais sujeitos. O aprendiz é parte de um grupo social e deve ter iniciativa para questionar, descobrir e compreender o mundo a partir de interações com os demais elementos do contexto histórico no qual está inserido, essa é a dinâmica da aprendizagem, a interação entre pessoas na troca de seus repertórios. (VYGOTSKY apud CHINAGLIA, 2001, p. 18)

Pois Perrenoud (2000) lembra também que em algumas profissões que dependem totalmente das tecnologias, a renovação das competências é evidente, mas que na educação escolar, “nem o vídeo, nem o computador, nem a multimídia, até hoje, fizeram com que a profissão de professor mudasse”. Acrescenta que

competência é a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, entre outros).

Estudos e pesquisas sobre a implementação da educação à distância na Arquivologia foram realizados pelo arquivista, doutor em Educação, docente e atualmente Pró-reitor de Planejamento da UNIRIO, Luiz Cleber Gak. Para Gak, a autonomia intelectual do educando é estimulada pela ead:

A educação a distância propõe uma construção progressiva. O importante é ter como início situações organizadas que podem configurar problemas e questões que, se resolvidas, proporcionem o caminhar, com relativa autonomia, em direção à internalização do conhecimento. Se considerarmos que a Educação a Distância é uma modalidade de educação que elimina as barreiras geográficas e que a otimização dos recursos humanos e financeiros é evidente nesse sistema de educação, podemos concluir que desenvolver essa proposta de curso atuando em sistema de parceria com universidades mantenedoras de cursos de Arquivologia é a melhor opção. (GAK, 2007)

Gak destaca, no entanto, que devemos lembrar sempre que os encontros presenciais são fundamentais em um projeto de ead, suscitando entre outros sentimentos, o sentimento de pertença e conhecimento da equipe pedagógica. Lembra alguns requisitos essenciais na implementação de um curso de graduação de Arquivologia à distância:

- bibliotecas;
- instalações físicas adequadas para as aulas, trabalhos, seminários;
- salas equipadas com telefone, fax e computadores com Internet

2.3 Ensino Arquivístico no Brasil

A criação do Curso de Diplomática, em 1911, pelo Arquivo Nacional, com aulas semanais ministradas por seus funcionários com as disciplinas de: Crítica Histórica, Cronologia, Diplomática, Paleografia e Regras de Catalogação pode ser considerada a primeira abordagem próxima ao ensino arquivístico.

As primeiras iniciativas de um verdadeiro ensino arquivístico no Brasil, no entanto, foram no início da década de 20, na gestão de Alcides Bezerra como diretor do Arquivo Nacional. O Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, criou os cursos técnicos de arquivo, com dois anos de duração, com as disciplinas de Arqueologia,

Epigrafia, História da Arte, História Política e Administrativa do Brasil, Paleografia, Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Iconografia e Cartografia, Numismática e Sigilografia. A docência ficou a cargo de três instituições: o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional.

José Honório Rodrigues, na direção do Arquivo Nacional em 1959, que proporcionou que duas personalidades de destaque na Arquivologia mundial, o americano T. R. Schellenberg, e o professor francês Henry Boullier de Branche viessem ao Brasil.

Crucial no processo de formação dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia no nosso país foi a regularidade do Curso Permanente de Arquivo em 1960 e a apreciação de nível universitário deste curso pelo Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1972.

O parecer do Conselho Federal de Educação, de 1974, fixando o currículo mínimo e o currículo pleno (constando de disciplinas básicas e complementares) para os Cursos de Graduação em Arquivologia, bem como a carga horária e a duração dos mesmos foi a consolidação definitiva da área (ver Tabela 01).

A aprovação da legislação de reconhecimento das profissões de arquivista (bacharel, nível superior, 3º grau) e técnico de arquivo (nível médio, 2º grau) com a lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978 e o decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978, cujo pedido havia sido encaminhado em 1975, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros ao Ministério do Trabalho foi o impulso definitivo. Nesta data já estavam em funcionamento os cursos superiores da UNIRIO e da UFSM.

No ano de 1991, o Brasil foi convidado a participar das reflexões, em nível internacional, sobre a formação arquivística. O comitê organizador do XII Congresso Internacional de Arquivos (CIA), convidou cinco escolas de Arquivologia do mundo para que enviassem sugestões de acadêmicos, representantes a participar na terceira sessão plenária, relacionada com a formação de arquivistas: Brasil, Canadá, Países Baixos, Senegal e Tchecoslováquia. O objetivo da participação dos estudantes era permitir a este componente essencial do mundo arquivístico de exprimir os seus pontos de vista sobre a profissão de arquivista, ao nascer do terceiro milênio, e de apresentar uma opinião sobre a formação recebida nas suas respectivas escolas.

Tabela 02 – Lista de oferta de disciplinas Curso Graduação em Arquivologia

Disciplina	Hora aula
1º Ciclo - 1º Período	
Metodologia Científica	60
Economia	30
Administração	30
Contabilidade	30
Sociologia	30
Língua Portuguesa	60
Estudos do Problemas Brasileiros	30
Educação Física	30
2º Período	
Introdução aos Estudos do Direito	60
Estudo dos Problemas Brasileiros II	30
Administração II	30
Introdução a Comunicação	60
Complemento de Matemática	60
Sociologia II	30
Introdução aos Estudo da História	60
Educação Física	30
Ciclo Profissional - 3º Período	
Arquivo I	60
História Administrativa, Econômica e Social do Brasil I	60
Documentação I	60
Instituições de Direito Público e Privado	60
Estatística Metodológica	60
Língua Estrangeira (Inglês) I	60
Educação Física	30
4º Período	
Arquivo II	60
História Administrativa, Econômica e Social do Brasil II	60
Direito Administrativo	60
Organização e Métodos I	60
Estatística Metodológica	60
Língua Estrangeira (Inglês) II	60
Educação Física	30
5º Período	
Arquivo III	60
Paleografia e Dipomática I	60
História da Civilização Moderna e Contemporânea	60
Notariado	60
Língua Estrangeira (Inglês) III	60
Teoria de Sistema	60
Educação Física	30
6º Período	
Arquivo IV	60
Paleografia e Dipomática II	60
Processamento de Dados	60
Reprografia (com ênfase em Microfilmagem)	60
Educação Física	60
Estágio	210

Fonte: Castro, 2008, p. 180-181

A conferência principal da terceira sessão plenária do XII CIA foi apresentada, em setembro de 1992, por Angélica Menne-Haritz, diretora da *École d'Archivistique de Marbourg*, Alemanha, sob título "Formação em Arquivologia: responder às necessidades da sociedade do século XXI". Baseada na premissa de que a sociedade moderna estava experimentando grandes transformações, as quais

afetam a profissão de arquivista em seus aspectos fundamentais, a sessão plenária tentava “responder” a questões como: até que ponto os arquivistas estão bem preparados para assumir suas funções de especialista em teoria, princípios e práticas da gestão da informação recebida? Refletir sobre a formação profissional do arquivista e estudar as opções que permitiriam melhorar e tornar mais eficazes os programas de ensino e aperfeiçoamento era a meta a ser atingida nas reflexões.

Representando o Brasil, no painel de estudantes do XII CIA, em Montreal, Canadá, estava Cristina Strohschoen, estudante da Habilitação Arquivos Empresariais² do Curso de Arquivologia da UFSM.

Logo após, era realizado no Brasil, o 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia, sediado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no qual a terceira sessão plenária também discutiu a “Formação Profissional do Arquivista”. Gak, docente da Unirio, posicionava-se no sentido de que se deveria mostrar claramente o que de real se havia feito e o quanto se havia conseguido modernizar o currículo de Arquivologia. Na mesma plenária, Bellotto, docente da Universidade de Brasília (UNB) manifestava sua opinião de que as reformulações curriculares na Arquivologia brasileira não seriam suficientes, sem uma mudança de mentalidade dos próprios estudantes e dos profissionais já atuantes no mercado.

Diante do panorama político, econômico e social brasileiro, pode-se pensar que a formação profissional, em nível de 3º grau, vincula-se a falta de infraestrutura das escolas formadoras, do despreparo dos docentes em relação à qualificação e a própria desmotivação em relação as questões salariais e financeiras, além do desinteresse e falta de base e recursos dos discentes ingressantes. Estes são alguns complicadores para uma plena formação profissional. (GAK; LINS, 1992, p. 34)

Ainda na perspectiva internacional, na tentativa de esboçar um resumo das disciplinas necessárias a uma formação arquivística adequada, sugeridas por não menos que quarenta arquivistas no espaço de quinze anos (1982 a 1997), Couture (1999, p. 41) apresenta a uma tabela, baseada nos autores Cook, Graham, Taylor, Delmas, Cox, ACA, O’Toole, Volkner-Wagner, Walters, Ham, Alegbeleye, Pemberton e Eastwood:

² Até o ano de 1993, o Curso de Graduação em Arquivologia da UFSM era de seis semestres e eram oferecidas as Habilitações em Arquivos Empresariais e Arquivos Médicos (2 semestres cada). Em 1994 o currículo passou a ser de oito semestres, não sendo mais oferecidas as habilitações.

Tabela 03 – Disciplinas propostas para formação arquivística

Arquivística Pura	História sob medida	Ciências da Informação	Ciências Conexas
Arquivística fundamental	História dos arquivos	Fundamentos da ci	Organização e gestão de um serviço de arquivos
Gestão dos arquivos	História da gestão dos documentos e dos arquivos	Acesso, difusão e recuperação da informação	Análise de necessidades
Gestão de documentos	História da profissão de arquivista	Referência e estudo de usuários	Contabilidade
Funções arquivísticas	História das instituições arquivísticas	Preservação e conservação	Automatização da gestão
Diplomática e arquivística descritiva	História da administração	Análise e design de sistemas de informação	Sociologia da administração
Políticas e gestão de programas arquivísticos	História do contexto social	Base de dados	Línguas vivas
Legislação e questões jurídicas	História intelectual	Utilização de novas tecnologias	
Suportes especiais	Ciências e tecnologias da interpretação histórica	Gestão dos documentos eletrônicos	
Documentação oral	Geografia histórica		
Iniciação a pesquisa arquivística	Métodos de pesquisa histórica		

Fonte: Couture, 1999, p. 74

Sobre o cenário internacional, Lopes (apud COUTURE, 1999, p. 17) lembra que na Europa, Canadá e EUA o ensino da arquivística é em 99% dos casos feitos com uma pós graduação, situação muito diversa da América Latina, onde predomina a graduação em Arquivologia.

Quanto ensino universitário de Arquivologia no Brasil, para Britto (1999, p. 53) seu desenvolvimento passou por uma considerável evolução nos últimos 30 anos. Britto realizou, na década de 90, pesquisa com os responsáveis pela gestão acadêmica dos quatro programas de graduação em funcionamento em IES brasileiras, bem como um programa de pós-graduação *lato sensu*; pesquisa esta que apresentou recomendações para o desenvolvimento do ensino universitário de Arquivologia no Brasil.

Considerando a interdisciplinaridade da Arquivística, optamos por situar as matérias do curriculum minimum nas ciências que nos parecem será base de um ensino universitário de Arquivologia hoje. Este novo curriculum minimum poderia, então, ser composto de sete áreas de interesse: 1. Direito; 2. História; 3. Arquivística; 4. Biblioteconomia e Ciências da Informação; 5. Gestão; 6. Comunicação e 7. Informática. (Britto, 1999, p.72)

Bottino (1999, p. 113) corrobora a reflexão sobre a interdisciplinaridade: “... repensar o ensino da Arquivologia, passados 23 anos desde a fixação de seu currículo mínimo pela resolução n. 28 do Conselho Federal de Educação, de 13 de maio de 1974”.

Avaliando as áreas de conhecimento que devem permear o ensino arquivístico, Bellotto (1992) estabelece três níveis de grupos de disciplinas: as nucleares, as complementares e as suplementares, fundamentos arquivísticos, corpo doutrinário e vazias de conteúdo doutrinário, respectivamente.

Também Santos (2002) confirma esta interdisciplinaridade, pontuando a relação temática entre História e Arquivologia, no contexto dos procedimentos historiográficos e arquivísticos.

É prioritária a necessidade da abertura da arquivística às demais ciências, nunca para descontinuar suas teorias, métodos, terminologias e formação profissional, mas para compatibilizar a arquivística às diferenciadas áreas do conhecimento. (SANTOS, 2002, p. 201)

Por sua vez, para Jardim (1999, p. 105), “a Arquivologia só alcançará a condição de disciplina científica se forem realizados investimentos na pesquisa como estratégia de produção de conhecimento, base essencial para uma formação profissional e uma gestão da informação em altos níveis”. Jardim aponta ainda, as implicações, no caso brasileiro, sobre a vocação do arquivista como produtor de conhecimento encontrar-se diretamente relacionada com as dimensões emergentes na área:

- vinculação entre ensino e pesquisa;
- interação entre serviços arquivísticos públicos e privados e a universidade,
- melhoria dos padrões de ensino de Arquivologia;
- formação contínua dos profissionais em atuação;
- maior participação de autores brasileiros nos periódicos que publicam temas sobre Arquivologia;
- estímulo à existência de periódicos voltados especificamente para o campo arquivístico;
- participação mais ativa das editoras universitárias na publicação de anais de eventos da área e outras formas de publicação.

Muitas reflexões podem ser realizadas sobre as necessidades do ensino arquivístico para atender as novas gerações, à luz dos quatro pilares fundamentais para que se conceba a educação como um todo, segundo o conceito de Delors:

“Aprender a aprender para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida; aprender a fazer para além da qualificação profissional, adquirir competências a fim de enfrentar situações reais e inusitadas; aprender a viver juntos, ou seja, desenvolver a compreensão do outro, perceber as interdependências; e aprender a ser, desenvolver a personalidade, visando adquirir cada vez mais autonomia, responsabilidade e discernimento.” (DELORS, 1998)

Bartalo (2008, p. 108) ressalta que “há novas tendências mundiais na concepção de educação de uma forma mais abrangente, na qual o aprendiz deixou de ter um papel passivo e tornou-se sujeito ativo de sua própria aprendizagem.”

Interessante pesquisa foi desenvolvida por Bartalo, tendo por objetivo identificar as estratégias de aprendizagem adotadas por alunos do terceiro ano de um curso de Arquivologia. O instrumento de coleta de dados, com 88 questões, distribuídas em 10 categorias de estratégias de estudo e aprendizagem, foi aplicado a 30 alunos, com idades entre 19 e 48 anos. A tabulação dos dados mostrou um resultado de 80% na categoria atitude, 74% na categoria motivação e 72% nas categorias concentração e processamento da informação. A categoria organização do tempo foi a que apresentou menor resultado, 62%, o que pode nos levar a divagar sobre como o tempo, em ead, pode tornar-se uma armadilha, já que é totalmente autogestionável pelo acadêmico.

Referindo-se ao ensino arquivístico nas Américas, Lopes (2009, p. 371), acredita que vem seguindo os seguintes modelos:

- o ensino de graduação convencional de média ou longa duração;
- a pós-graduação *lato sensu*, voltada para a formação de profissionais;
- a pós-graduação *stricto sensu*, na forma de mestrados, que buscam a formação de professores e pesquisadores;
- o ensino técnico de nível médio;
- o treinamento realizado nos arquivos públicos ou em organizações a eles vinculadas.

Acreditando que a Arquivologia deve estar em consonância com os desafios impostos pelas **mudanças implementadas pelas novas tecnologias** (grifo nosso), Taborda reflete:

A formação profissional do arquivista deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banuiu a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber. Entendemos que a formação profissional deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. Os verbos mais utilizados nesse paradigma de trabalho pedagógico devem ser: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa. (TABORDA, 2008, p. 14)

Quanto ao ensino arquivístico existente no Brasil, atualmente, em nível de graduação, pós-graduação e técnico temos o panorama a seguir.

Ensino técnico, em nível médio: não há nenhum curso em funcionamento no país.

Cursos de Graduação em Arquivologia: na década de 70 foram criados três cursos; na década de 90, cinco. A partir de 2000 foram oito os cursos criados, dos quais, seis deles estão sendo oferecidos dentro das metas e verbas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais: um curso de especialização em organização de arquivos no Estado de São Paulo, em funcionamento de forma ininterrupta desde sua criação, na metade da década de 80; um curso de especialização no Estado da Bahia e dois cursos de especialização no Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduação *lato sensu* por ead: um curso no Rio Grande do Sul.

Curso de pós-graduação *stricto sensu* presencial: não há Mestrados Acadêmicos em Arquivística no Brasil, alguns mestrados - em comunicação, história, ciência da informação – apresentam linhas de pesquisa que possibilitam a produção na área de Arquivologia. Há dois Mestrados Profissionalizantes ofertados no país: um no Estado do Paraná³ e um no Estado do Rio Grande do Sul⁴.

³ Linha de pesquisa Organização e Compartilhamento da Informação e do conhecimento

⁴ Linha de pesquisa Patrimônio Documental.

3 CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Neste capítulo são apresentados os dados que caracterizam as instituições que ofertam Graduação em Arquivologia no Brasil. Os dados foram pesquisados nas *home pages* das IES.

3.1 Caracterização das instituições de ensino superior

Abaixo, estão caracterizadas as IES que possuem aprovado, por suas instâncias superiores colegiadas, o Curso de Graduação em Arquivologia.

Este universo constitui-se de nove Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e três estaduais.

Tabela 4 – Cursos de Arquivologia no Brasil

Criação	Instituição de Ensino Superior	Sigla	Estado	Turno
1976	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	diurno
1977	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	noturno
1978	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	diurno
1990	Universidade de Brasília	UNB	DF	noturno
1997	Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	noturno
1997	Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	diurno
1999	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	noturno
1999	Universidade Federal do Rio Grande do Sul		RS	noturno
2003	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	diurno
2006	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB	noturno/ diurno
2008	Fundação Universidade de Rio Grande	FURG	RS	noturno
2008	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	noturno
2008	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	noturno
2008	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	noturno
2009	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	diurno
2009	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	-

Fonte: elaborada pela autora

A maior concentração de cursos é no Estado do Rio Grande do Sul, todos os três em instituições federais de ensino superior, seguido de dois no Rio de Janeiro,

também em federais e logo após Paraíba, com dois cursos, um em instituição federal outro em estadual.

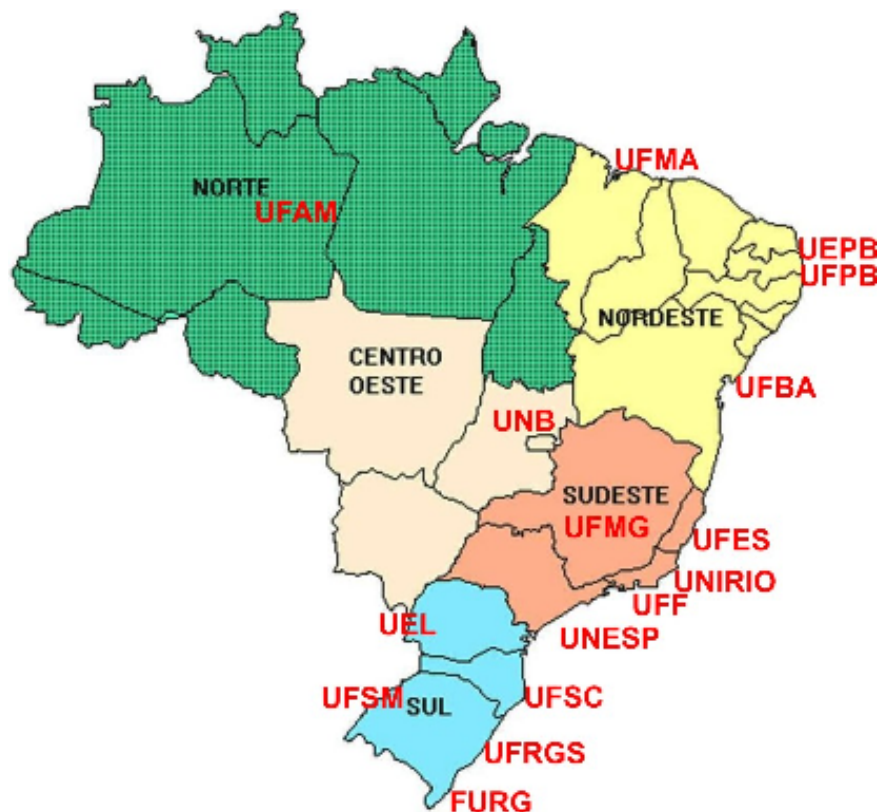


FIGURA 6 – Localização geográfica dos Cursos de Graduação em Arquivologia

Fonte: <http://www.mochileiro.tur.br> adaptado pela autora

Os Cursos de Graduação em Arquivologia da UFPB, FURG, UFSC, UFMG, UFAM e UFMA estão sendo oferecidos dentro das metas e verbas do REUNI.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007.

Seu objetivo é dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento

da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Sua meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

3.1.1 Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

O Parecer 179/76, de 10 de agosto de 1976, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFSM sancionou a criação do Curso de Arquivologia. O início de funcionamento do curso foi em março de 1977, com 25 vagas/ano e quatro habilitações: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos. Em abril do mesmo ano, o professor José Pedro Esposel ministrou a aula inaugural. O reconhecimento do curso aconteceu através da portaria n. 76 do MEC, de janeiro de 1981.

A oferta hoje é de 30 vagas ao ano. O ensino deste curso é presencial, em turno integral, a carga horária mínima é 2.385 horas/aula e o prazo para integralização curricular é, de seis semestres (período mínimo). Confere a titulação de Bacharel em Arquivologia. Está adscrito ao Departamento de Documentação, no Centro de Ciências Súcias e Humanas (CCSH).

A UFSM está credenciada para atuar em EaD desde 17 de dezembro de 2004, através da Portaria MEC/CEN nº. 4208. Os pioneiros são os cursos de graduação e especialização em Educação Especial.

Em 2009 foram ofertados seis cursos de graduação em 18 cidades pólo por meio do Pró-Licenciatura – Programa Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio (PROLIC) e três cursos de graduação e quatro de pós-graduação em 13 cidades pólos (nos Estados do Rio Grande do Sul, Tocantins e Ceará) por meio do Projeto Universidade Aberta do Brasil.

Oferece esta modalidade de ensino, hoje, por meio de dois programas, o Programa Universidade Aberta do Brasil⁵ (UAB) e o Pró-Licenciatura – Programa Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio⁶ (PROLIC).

A Especialização à Distância Gestão em Arquivos oferecida pela UFSM é do tipo *lato sensu*, em convênio com UAB. A duração do curso é de dezoito meses e os pólos estão localizados nos municípios de São João do Polêsine, Cruz Alta e Três de Maio.

Sua carga horária total é de 360 horas/aula correspondendo a 24 créditos sendo que cada unidade de crédito corresponde a 15 horas/aula. Também estão previstas avaliações presenciais nos pólos ao término de cada semestre. A duração é de 18 meses divididos em três módulos letivos, o número de vagas é de até cinquenta (50) alunos por pólo, a cada edital. É necessário que o aluno curse todas as disciplinas constantes nos três módulos referidos incluindo a Elaboração da Monografia para finalizar o curso.

O projeto pedagógico⁷ enuncia ainda o que será considerado ao organizar as comunidades de aprendizagem que utilizarão internet, bem como o ambiente virtual de aprendizagem (AVEA) a ser usado. As atividades são assíncronas, ou seja, acadêmicos e professores encontram-se no mesmo espaço e lugar, mas não necessariamente no mesmo tempo cronológico em atividades com fóruns, trabalhos colaborativos na plataforma, trabalhos de sistematização, argumentativos e outros, individuais e/ou coletivos, e, alguns momentos são desenvolvidos de forma síncrona, por meio de chats.

Na UFSM, é ofertado também o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, com duas linhas de pesquisa: Arqueologia e Paleontologia, e Preservação e Patrimônio Material; e área

⁵ O Programa UAB foi criado pelo Ministério da Educação em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

⁶ O Pró-Licenciatura – Programa Inicial para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio (PROLIC), se insere no esforço pela melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica realizado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC), com a coordenação das Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior (SESu).

⁷ O projeto pedagógico do Curso de Especialização à Distância Gestão em Arquivos pode ser visualizado no link http://coralx.ufsm.br/ead/arquivos/projeto_gestao_arquivos.pdf.

de concentração em História e Patrimônio Cultural, com duas linhas de pesquisa: História e Patrimônio Documental.

3.1.2 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Em março de 1977, o decreto n. 79.329 transferiu à Unirio, naquela época ainda FEFIERJ, o Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, o qual passou a ser denominado Curso de Arquivologia. O início de funcionamento do curso foi em dezembro de 1911. O reconhecimento do curso aconteceu pelo decreto federal n. 9197 de dezembro de 1911.

No ano de 1979, por meio de uma resolução interna, a Unirio criou o Curso de Licenciatura em Arquivologia, com finalidades de qualificação profissional para a docência na área, sendo a primeira e única universidade no Brasil a oferecer Licenciatura na matéria. Este curso está desativado desde 2005.

O ensino é presencial, em turno noturno, a carga horária mínima do Curso é 2.400 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres, conferindo ao egresso o título de bacharel em Arquivologia. A escola de Arquivologia está vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH).

A Unirio oferece ensino à distância pelo Programa UAB: dois cursos de graduação e um de especialização em 18 cidades pólos (nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais).

3.1.3 Universidade Federal Fluminense - UFF

O Curso de Bacharelado em Arquivologia da UFF foi criado pela resolução do Conselho Universitário n. 73, em junho de 1978. O início de funcionamento do curso foi em junho de 1978. O reconhecimento aconteceu através do Parecer n. 724 do Conselho Federal de Educação, de 05 de novembro de 1985 e portaria MEC n. 01 de janeiro de 1986.

O ensino é presencial, em turno integral diurno, a carga horária mínima é 2.660 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres, conferindo ao egresso o título de bacharel em Arquivologia. Atualmente, o Curso

está vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, do Instituto de Arte e Comunicação Social, integrante do Centro de Estudos Gerais.

A UFF oferece, na modalidade ensino à distância, através do Consórcio Cederj, dois cursos de graduação, oferecidos em 17 cidades pólo.

O Consórcio CEDERJ, assinado em 2000, reúne o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da Fundação CECIERJ e as seis Universidades públicas sediadas no Estado: além da UFF e da UNIRIO; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O consórcio está oferecendo, em 2009, cinco cursos de licenciatura, um de bacharelado e um de tecnologia.

3.1.4 Universidade de Brasília - UNB

O Curso de Bacharelado em Arquivologia da UNB foi criado pela resolução n. 32 do Conselho Universitário, em setembro de 1990. Havia sido realizadas duas tentativas de criação do curso antes disso, uma em 1977 e outra em 1986. O início do funcionamento do curso foi em março de 1991. O reconhecimento do curso aconteceu pela portaria MEC n. 1297 de outubro de 1995 e parecer CFE n. 206 de outubro de 1995.

O ensino é presencial, em turno noturno, a carga horária mínima do Curso é 2.400 horas/aula e o prazo para integralização curricular é seis semestres. O egresso recebe o título de bacharel. Atualmente, o curso está alocado no Departamento de Ciência da Informação (CID), na Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Ciência da Informação e Documentação (FACE).

A UNB oferece oito cursos de pós-graduação *lato sensu* e cinco cursos de extensão na modalidade ensino à distância.

3.1.5 Universidade Estadual de Londrina - UEL

O Curso de Arquivologia da UEL foi criado pela resolução n. 112, de fevereiro de 1997. O início de funcionamento foi em fevereiro de 1998. O reconhecimento do curso aconteceu pelo decreto estadual 6646 de novembro de 2002.

O ensino é presencial, e noturno, a carga horária mínima do Curso é 2.856 horas/aula e o prazo para integralização curricular é quatro anos – o regime é anual e não semestral, conferindo o título de bacharel. Está adscrito ao Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA).

O Conselho Universitário aprovou, em outubro de 2008, a entrada da UEL na modalidade de Ensino à Distância, não tendo sido ofertado nenhum curso ainda.

No mesmo departamento - Departamento de Ciência da Informação, é ofertado, desde o segundo semestre de 2008, o Mestrado Profissional em Gestão da Informação, o primeiro no Brasil na área da Ciência da Informação, com área de concentração em Gestão e Organização do Conhecimento, com linha de pesquisa em Organização e Compartilhamento da Informação e do conhecimento.

3.1.6 Universidade Federal da Bahia - UFBA

A primeira comissão para criação e implantação do Curso de Arquivologia na UFBA foi constituída em 1979, a segunda comissão em 1984 e a terceira em 1986. Nesta última tentativa, no entanto, devido a uma ordem de suspensão de novos cursos de graduação pela Presidência da República o mesmo não pode ser criado.

Passados 14 anos, em 1988, surgiu o projeto de criação do Curso de Especialização em Arquivologia, que iniciou em 1989. Deste curso foram contratados três docentes para a IFES e no ano de 1994 constitui-se a quarta comissão para implantação do curso. Finalmente, o Parecer n. 75, de abril de 1997, do Conselho de Ensino e Graduação aprova o projeto, sendo o primeiro da região Nordeste do Brasil. O início de funcionamento do curso foi em março de 1998.

O reconhecimento do curso aconteceu através da Portaria n. 1864 de 16 de julho de 2003.

O ensino é presencial, em turno integral diurno, a carga horária mínima é 2.990 horas/aula e o prazo para integralização curricular é nove semestres, conferindo o título de bacharel. Está adscrito ao Instituto de Ciência da Informação (ICI).

O parecer n. 647 UFBA de agosto de 2008 aprovou também curso presencial noturno, cuja carga horária mínima é 2461 horas/aula e o prazo para integralização

curricular é oito semestres. A previsão de início de funcionamento deste é março de 2009.

A UFBA oferece apenas um curso de graduação na modalidade ensino à distância.

3.1.7 Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

O Curso Arquivologia da UFES foi criado pela Resolução n. 24 do Conselho Universitário, em julho de 1999. O início de funcionamento do curso foi em março de 2000. O reconhecimento do curso aconteceu pela portaria MEC n. 3458 de outubro de 2004 e pelo parecer SESU n. 1739.

Cabe ressaltar que a idéia de criação do Curso de Arquivologia concretizou-se quando nos anos de 1997 e 1999, o Departamento de Biblioteconomia ofereceu duas edições de um Curso de Especialização em Arquivos. Esta pós-graduação resultou de uma parceria entre a UFES, a UFSM do Rio Grande do Sul, a USP de São Paulo, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

O ensino é presencial, em turno noturno, a carga horária mínima é 2.400 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres, conferindo o título de bacharel. Está vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).

A UFES está oferecendo nove cursos de graduação, duas especializações e um curso de aperfeiçoamento na modalidade à distância, em 25 cidades pólo.

3.1.8 Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

O segundo Curso Arquivologia do Estado do Rio Grande do Sul foi aprovado pela resolução n. 112, do Conselho Universitário da UFRGS, em julho de 1999, embora os estudos para implantação do projeto tenham iniciado em 1985. O início de funcionamento do curso foi em março de 2000. A aula inaugural foi ministrada por Astréa de Moraes e Castro. O reconhecimento do curso aconteceu pela portaria MEC n. 2881, de setembro de 2004.

O ensino deste curso é presencial, em turno noturno, a carga horária mínima é 2.250 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres. Confere a titulação de Bacharel em Arquivologia. Está adscrito ao Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico).

A UFRGS oferece, na modalidade à distância, quatro cursos de graduação, dois cursos de especialização e diversos cursos de extensão; além de disciplinas de cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

3.1.9 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

O Curso Arquivologia da UNESP foi criado pela resolução n. 26 do Conselho Universitário, em maio de 2003. O início de funcionamento do curso foi em agosto de 2003. O curso ainda não está reconhecido.

Esta IES já havia implantado, em 1998, o Mestrado em Ciência da Informação e o Curso de Especialização Uso Estratégico das Tecnologias de Informação.

O ensino é presencial, em turno diurno, matutino e vespertino, a carga horária mínima é 2.820 horas/aula e o prazo para integralização curricular é quatro anos – o regime letivo é anual, conferindo o título de bacharel. Está adscrito a Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC).

A UNESP está oferecendo três disciplinas de cursos de especialização e mestrado, na modalidade à distância, sendo que o ambiente de ensino usado o – TelEduc - está sendo desenvolvido conjuntamente pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied) e pelo Instituto de Computação (IC) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

3.1.10 Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

O Curso Arquivologia da UEPB foi criado pela resolução CONSUNI n. 11 de dezembro de 2006. O início de funcionamento do curso foi em agosto do mesmo ano. O reconhecimento do curso efetivou-se pela resolução CONSEPE n. 32, de fevereiro de 2008.

O ensino é presencial, em turnos noturno e diurno matutino, a carga horária mínima é 2.904 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres, conferindo o título de bacharel. Está adscrito ao Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSI).

A UEPB oferece, na modalidade ensino à distância, seis cursos de graduação - cinco de licenciatura e um de bacharelado, em quatro cidades pólo, sendo ministrados através de convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Estadual de Pernambuco e o Programa Universidade Aberta do Brasil.

3.1.11 Fundação Universidade de Rio Grande - FURG

O Curso Arquivologia da FURG foi criado pela resolução COEPE n. 14 de maio de 2008. O início de funcionamento do curso foi em julho de 2008. O reconhecimento do curso ainda não aconteceu.

O ensino é presencial, em turno noturno, a carga horária mínima é 2.400 horas/aula e o prazo para integralização curricular é oito semestres, conferindo o título de bacharel. Está adscrito ao Instituto de Ciência da Informação (ICI).

A FURG oferece dois cursos de graduação e três de especialização na modalidade ensino à distância, além de diversas disciplinas e cursos de extensão.

3.1.12 Universidade Federal da Paraíba - UFPB

O Curso Arquivologia da UEPB foi criado pela resolução CONSEPE n. 41 de junho de 2008. O início de funcionamento do curso foi em outubro de 2008. O reconhecimento do curso ainda não aconteceu.

O ensino é presencial, em turno diurno e noturno, a carga horária mínima é 2.760 horas/aula e o prazo para integralização curricular é 12 semestres no turno diurno e 15 semestres no turno noturno, conferindo o título de bacharel. Está adscrito ao Departamento de Ciência da Informação (DCI), no Campus João Pessoa.

No mesmo departamento é oferecido o Mestrado em Ciência da Informação, que inicia suas atividades em março de 2007, com uma turma de 15 alunos. As linhas de pesquisa são: "Memória, Organização, Acesso e Uso da informação", a qual incorpora: preservação da memória, representação de informação e de conhecimento, web semântica, usos e impactos da informação; e a linha de pesquisa "Ética, Gestão e Políticas de Informação", que inclui estudos sobre: ética e informação, inclusão social, gestão do conhecimento, gestão de unidade, de serviços e produtos de informação, políticas de informação: cultural, científica e tecnológica. As disciplinas obrigatórias (11 créditos) são: Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação, Informação, Conhecimento e Sociedade e Metodologia da Pesquisa em Ciência da Informação, e três créditos por linha de pesquisa em Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação ou Ética, Gestão e Políticas de Informação.

A UFPB oferece seis cursos de licenciatura na modalidade ensino à distância, em 25 cidades pólo (nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Ceará).

3.1.13 Universidade Federal de Manaus – UFAM

O Curso Arquivologia da UFAM foi criado em 2008. O início do funcionamento do curso foi em março de 2009.

O ensino é presencial, em turno noturno.

A UFAM oferece sete cursos de graduação e dois de pós-graduação *lato sensu* na modalidade ensino à distância.

3.1.14 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

O Curso Arquivologia da UFMG foi criado em 2008. O início de funcionamento do curso foi no primeiro semestre de 2009. Ainda não está reconhecido.

O ensino é presencial, em turno noturno, conferindo o título de bacharel. Está adscrito a Escola de Ciência da Informação (ECI). Nos dois primeiros semestres, as disciplinas ministradas serão as mesmas oferecidas aos alunos de Biblioteconomia.

A idéia do curso surgiu na Escola de Informação da UFMG há cerca de duas décadas, mas o projeto ganhou fôlego e saiu do papel após a adesão da Universidade ao Reuni, do Governo Federal, que destina recursos para instituições que optaram por ampliar suas vagas por meio da criação e expansão de cursos.

A UFMG oferece quatro cursos de graduação e quatro de pós-graduação *lato sensu* na modalidade ensino à distância, em 11 cidades pólo.

3.1.15 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

A proposta curricular do Curso Arquivologia foi aprovada nas instâncias superiores da UFSC pela Resolução n. 021/CEG/2009, de 26 de agosto de 2009, para implantação em 2010. Terá duração de oito semestres e comporá junto ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia (noturno) e ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação o campo de estudos da Ciência da Informação, localizado no Centro de Ciências da Educação (CED).

Em nível de pós-graduação, a UFSC já ofereceu várias edições do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos, o Mestrado em Ciência da Informação, reconhecido em 2003, já ofertou seis edições.

A UFSC oferece onze cursos de graduação e três de pós-graduação *lato sensu* na modalidade ensino à distância.

3.1.16 Universidade Federal do Maranhão – UFMA

O Curso Arquivologia da UFMA será implantado em 2010, pelo REUNI.

No ano de 2003, a UFMA ofereceu uma edição do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* – Especialização em Gestão de Arquivo, com carga horária de 435 horas, aulas durante um ano, 50 alunos (biblotecários, arquivistas, pedagogos e historiadores).

A UFMA oferece quatro de graduação e dois de extensão na modalidade ensino à distância.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA ARQUIVOLOGIA

A seguir relatam-se, através de sistematização, as respostas obtidas a partir da aplicação dos questionários. Foram obtidas quatorze respostas, o que representa 100% do público. Os dados foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico.

Ressalta-se que, das 16 IES caracterizadas no capítulo três, duas delas não foram questionadas, pelo fato de seus cursos de graduação estarem somente aprovados, e não ainda em funcionamento: a UFSC e a UFMA.

4.1 As experiências com modalidade de ensino educação à distância

Partindo da premissa da corrente sócio-interacionista, o ead pode proporcionar interação nos níveis aprendiz – orientador, aprendiz – conteúdo, aprendiz-aprendiz, aprendiz – ambiente.

Questionados sobre que experiências já tiveram com a modalidade de ensino educação à distância, um coordenador já atuou como tutor, cinco atuaram como docentes e dois como discentes. No entanto, cinco Coordenadores de Cursos de Graduação em Arquivologia nunca tiveram nenhuma experiência com esta modalidade de ensino. Outros três tiveram outras experiências: um deles tem atuação administrativa com ead, outro participou da elaboração de projeto para formar auxiliares de arquivo, em nível fundamental, tendo como público alvo funcionários de administração pública daquele Estado (projeto não desenvolvido ainda), e outro ainda participou de seminários não presenciais.

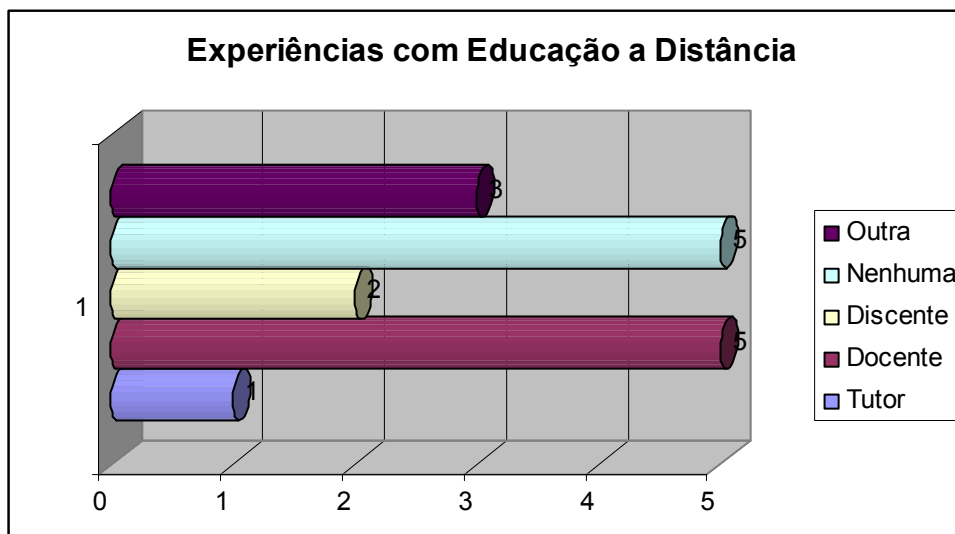


FIGURA 7 – Gráfico de experiências com ead

Dos 36% de coordenadores que já tiveram experiência como docentes, apenas um deles teve também experiência como discente, de onde se conclui que nenhuma das denominadas cinco gerações de educação à distância por Moore e Kearsley despertaram interesse ou curiosidade na maioria dos pesquisados, instigando-os a conhecerem esta realidade para posicionar-se mais confortavelmente quanto a sua eficácia ou não.

4.2 A produção de material didático

Produzir o material didático faz com que oralidade e escrita não se isolem. O estar sozinho diante da página em branco deixa o escrevente entregue a si mesmo, leva-o a morrer em si mesmo, como diria Rousseau, para se descobrir vivo (MARQUES, 1999, p. 95). Na modalidade de ensino não presencial, via de regra, o material didático, depois de produzido pelo docente que ministra a referida disciplina, é revisado por uma equipe, a qual também é responsável por adicionar ilustrações e links de interesse.

Na Especialização à Distância Gestão em Arquivos da UFSM, por exemplo, a equipe de elaboração de conteúdo é constituída do professor pesquisador/conteudista responsável pela disciplina, por uma Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação (ETIC) e bolsistas e colaboradores ETIC para revisão de

estilo. Além disso, há equipe de Revisão Pedagógica, Revisão de Português, Projeto de Ilustração, Design de Interface, Diagramação e Desenvolvimento da Plataforma.

Quanto a necessidade de os professores, como conteudistas, produzirem seus materiais didáticos, 72% dos coordenadores acreditam ser bom e 21% acreditam não fazer diferença que os próprios docentes produzam o material didático. No entanto, 7% (que corresponde a um entrevistado), acreditam ser ruim, pois considera que a atividade exigirá muito tempo do docente.

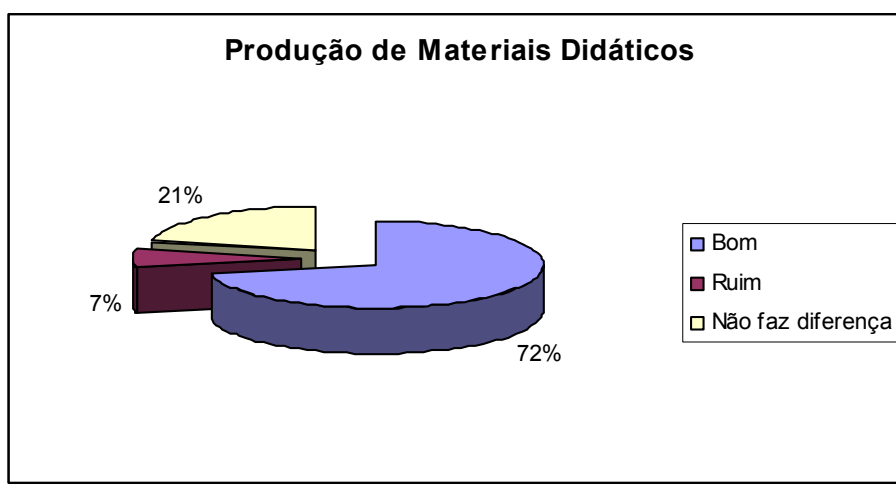


FIGURA 8 – Gráfico de produção de material didático

As justificativas dos pesquisados que consideram não ser bom produzir o material foram as mais variadas: “possibilita ao educando uma visão geral da disciplina em estudo, complementada pelos demais recursos disponibilizados”; “quando se cria o próprio material, se tem autoridade a respeito do assunto”, “oportunidade para o professor ter maior interação com a temática e conhecimento. Ele deve elaborar seu material, porque muitas vezes o material está fora do contexto”; “acredito que seja necessário que se construa módulos que operacionalize o ead”; “deve ser horrível dar aula com o material alheio, acho que a pessoa fica perdida, por mais que saiba sobre o assunto; o professor deve prepara seu material, só assim tem a oportunidade de estudar e se atualizar”; “porque, ao elencar os conteúdos, o professor vai pensando em como ministrá-los à distância”; “porque saberão conciliar melhor conteúdo e transmissão”.

4.3 A viabilidade de acesso ao Ensino Superior Público

Contextualizando as políticas públicas de ensino, onde o universo se mede em milhões de candidatos à instrução, é possível que o e-learning, venha a representar uma verdadeira revolução na geração de conhecimento, porém jamais substituirá o ensino tradicional, presencial.

Questionados se a Educação a Distância, nas universidades, viabiliza o acesso à Educação Superior Pública, 86% dos entrevistados acredita concorda, 7% discordam e 7% não têm opinião formada a respeito.

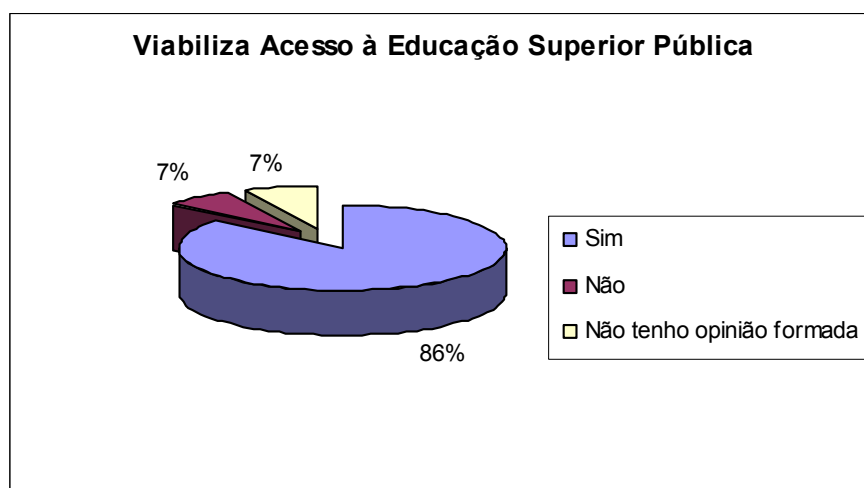


FIGURA 9 – Gráfico de viabilidade de acesso à Educação Superior Pública

Pode-se inferir, frente as respostas, que é indiscutível que o ead possibilita a inclusão ao ensino tanto a graduação quanto a pós-graduação.

A UAB, criada no âmbito do Ministério da Educação, em 2005, é parte integrante desse esforço no campo da estruturação de políticas públicas em EaD, visto que tem como objetivo estruturar um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, para sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas.

Este programa, regulamentado pelo Decreto nº. 5800, de 08 de junho de 2006, disponibilizou, em 2007, 80 mil vagas em cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento na modalidade de educação a distância; cursos estes ofertados em 297 municípios pelas 47 IFES que decidiram colaborar com a UAB (36 IFES e 10 CEFETS).

4.4 A Oferta de Ead na Arquivologia

Duas Instituições de Ensino Superior responderam que existe estudo no sentido de viabilizar educação à distância na Arquivologia. Uma delas respondeu que oferece, desde 2008, Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão em Arquivos por ead. Uma delas está com o projeto pronto, esperando somente a aprovação das instâncias superiores.

Três IES usam ambientes virtuais de ensino-aprendizagem⁸ como apoio as aulas presenciais. Em uma das IES, onde o curso foi criado em 2008, ambientes virtuais de ensino, mais precisamente o Moodle, são disponibilizados aos professores como apoio para as aulas presenciais.

Em outra:

Não há exatamente estudo, nem se trata exatamente de curso de Arquivologia à distância. O que existe é a aplicação de fato do EAD para um componente curricular do curso de Arquivologia. Já temos um ambiente em EAD sendo aperfeiçoado, depois de realizadas duas experiências piloto, limitada por enquanto a arquivistas estudantes de mestrado em ciência da informação, mas que será aplicada em breve na graduação também, e mesmo em cursos de extensão. Essa é a nossa intenção.

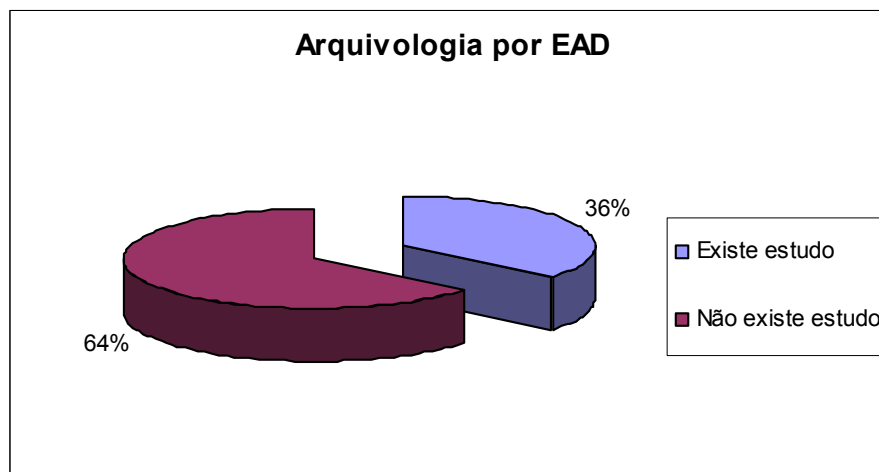


FIGURA 10 – Gráfico de ead na Arquivologia

⁸ Ambiente virtual de aprendizagem (AVEA) é um ambiente (espaço, lugar, recinto, um meio) em que os participantes desse ambiente interagem entre si de tal forma que todos se encontrem no mesmo espaço ou lugar, sem necessariamente estarem no mesmo tempo cronológico (CORDENONSI, 2008).

Em um das IES o Departamento onde está adscrito o Curso de Graduação em Arquivologia ainda não cogitou essa possibilidade e em outra, foi realizada uma consulta externa á universidade e foram contrários a EAD para Arquivologia.

Em duas IES esta modalidade ainda não foi cogitada. Uma delas justifica pelo fato do curso ser novo e precisar ser consolidado antes de pensar em outra modalidade que não presencial e outra justifica pelo investimento no curso presencial, com aumento em dobro de vagas, através do Reuni, “para pensar ead, temos que fazer uma avaliação do mercado de trabalho para final de 2012, quando termina a expansão do presencial”.

4.5 As áreas e/ou conteúdos com possibilidade de ensino por ead

Na hipótese da IES ofertar curso de graduação, especialização ou extensão à distância, o questionamento foi no sentido da possibilidade de ministrar conteúdos e/ou áreas de quais núcleos.

Quatro instituições acreditam que somente o núcleo complementar⁹ pode ser ministrado por ead; três IES acreditam que somente o núcleo comum, as disciplinas específicas – conteúdos da arquivística o podem e quatro delas acreditam que ambos os conteúdos podem ser ministrados pela modalidade não presencial de ensino.

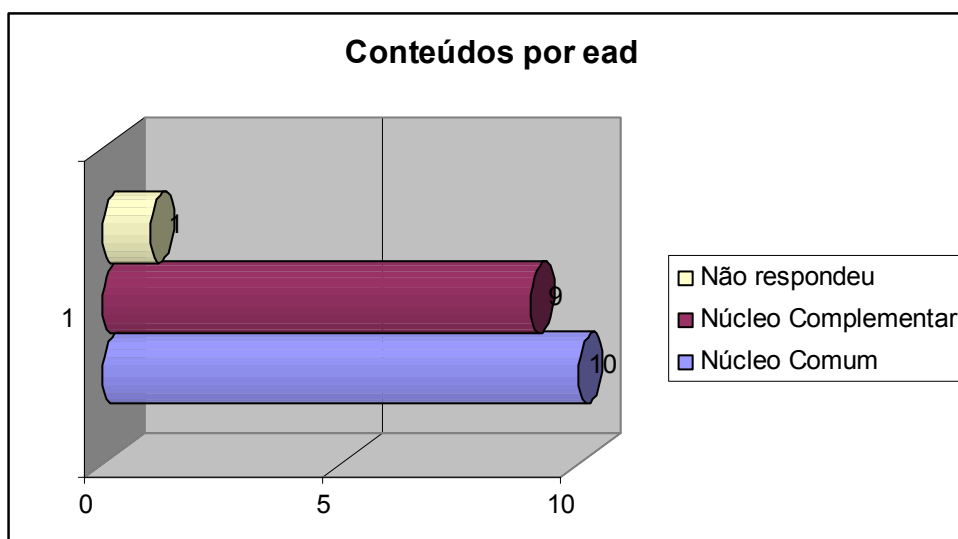


FIGURA 11 – Gráfico de áreas/conteúdos com possibilidade de ensino por ead

⁹ São consideradas disciplinas do núcleo complementar: administração, direito, e outras.

Uma das instituições não respondeu esta questão.

É possível perceber nos relatos dos entrevistados a possibilidade de efetivar o ead no núcleo comum, no entanto alguns entrevistados manifestam certa apreensão quanto a esta possibilidade de devido a qualidade do ensino ministrado, comparativamente ao ensino presencial.

4.6 A modalidade semi-presencial na LDB

Questionados sobre o conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9394, de 1996, que autoriza as instituições de ensino superior a oferecer até 20% da carga horária de seus cursos na modalidade semi-presencial, 79% dos pesquisados dizem ter conhecimento da legislação. Desconhecem essa possibilidade dada legislação, 21% dos pesquisados, equivalente a três coordenadores.

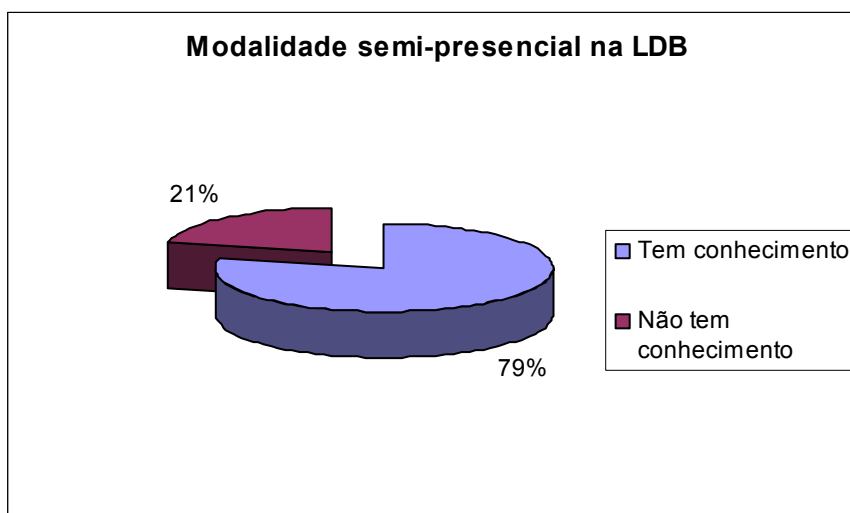


FIGURA 12 – Gráfico de conhecimento da legislação sobre ensino semi-presencial

No artigo número 27 da LDB, está enunciado que cada município, o Estado e a União deverão prover cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; bem como realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância. Inclusive quando se refere ao ensino fundamental, a LDB enuncia, no artigo número 32, que este será presencial, devendo ser utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

O artigo número 80 da LDB designa que o poder público deverá incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, e quatro incisos explicitam a forma que deverá ser organizada, incluindo, por exemplo, a obrigatoriedade de custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

4.7 A qualificação do ensino presencial

Quanto à crença de que a modalidade de ensino à distância pode contribuir para qualificar o ensino presencial, 54% dos coordenadores acreditam que qualifica, 15% acredita que não qualifica e 31% não tem opinião formada sobre o assunto.

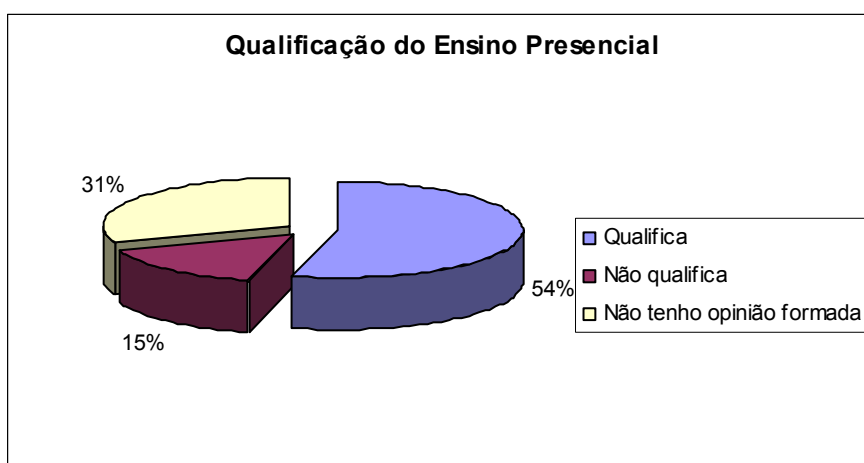


FIGURA 13 – Gráfico de contribuição da ead na qualificação do ensino presencial

4.8 As crenças sobre ead

As respostas sobre ead demonstraram que seis pesquisados acreditam que a educação à distância nunca substituirá a modalidade de ensino presencial, nove acreditam que esta modalidade constitui-se em auxílio a modalidade presencial, dez acreditam que facilita o acesso ao ensino superior e onze crêem que dá oportunidade para quem reside fora dos grandes centros.

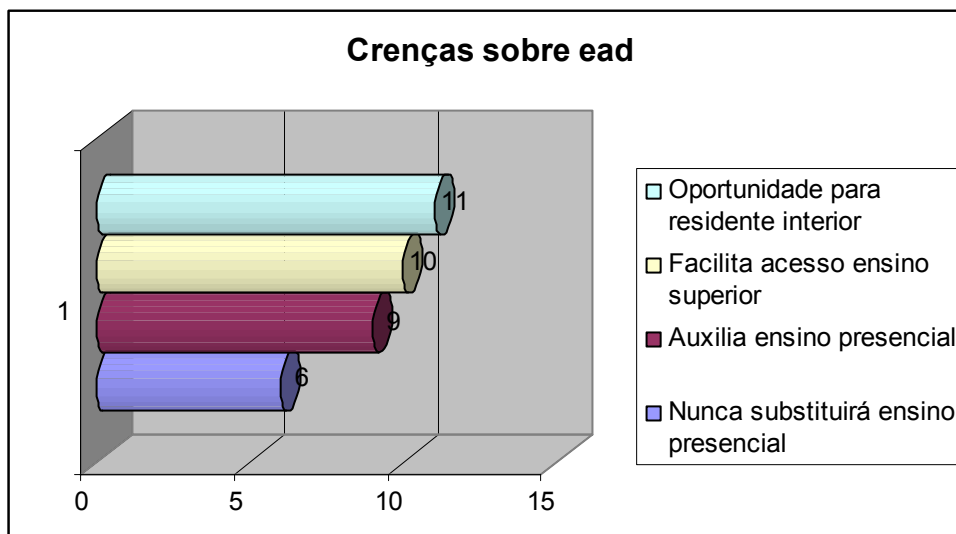


FIGURA 14 – Gráfico de crenças sobre ead

4.9 As tecnologias de informação e comunicação

Sobre o fato das tecnologias de Informação e Comunicação utilizadas na educação à distância favorecerem uma educação de qualidade, 79% dos pesquisados acreditam que favorecem, 14% acreditam que não favorecem e 7% deles não tem opinião formada sobre o assunto.

Na opinião de um dos pesquisado que concorda com assertiva, expressa ainda “a depender da qualidade do EAD projetado e da equipe envolvida, caso não sejam de qualidade, pode virar lixo puro”.

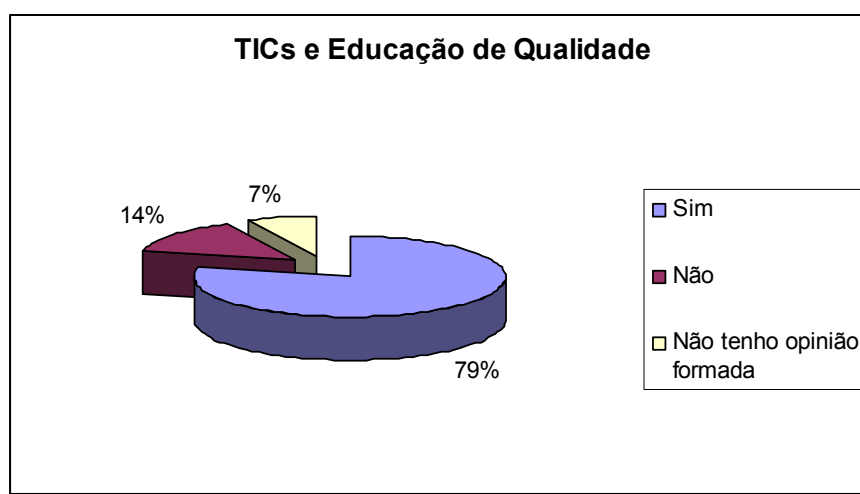


FIGURA 15 – Gráfico de educação de qualidade favorecida por TIC's

4.10 O uso de ferramentas telemáticas

O uso das ferramentas depende do modelo de ead utilizado. Existem dois meios distintos de ensinar através do e-learning. O modelo síncrono é aquele em que professor e aluno estão em aula ao mesmo tempo e é o que mais se assemelha ao ensino presencial. Exemplos de recursos síncronos: telefone, chat, vídeo-conferência, web-conferência¹⁰.

No modelo assíncrono., professor e alunos não estão em aula ao mesmo tempo, o aluno inscreve-se quando quiser, participa quando quiser e termina quando quiser. A grande diferença no assíncrono é que o tempo é “elástico” – o oposto de rígido, no síncrono – e cada aluno pode fazer o curso em seu tempo, hora, velocidade. Pode pensar, estudar e pesquisar antes de escrever sua atividade. Cada aluno poderá ter seu tempo de aprendizagem. Exemplos de recursos assíncronos: e-mail e fórum.

Sobre considerar o uso de ferramentas em ead, como por exemplo, vídeos, chats, fóruns, vídeo conferência, entre outros, e estes favorecem a produção/construção do conhecimento neste contexto, 93% dos pesquisados concordam com a assertiva e apenas 7% discorda.

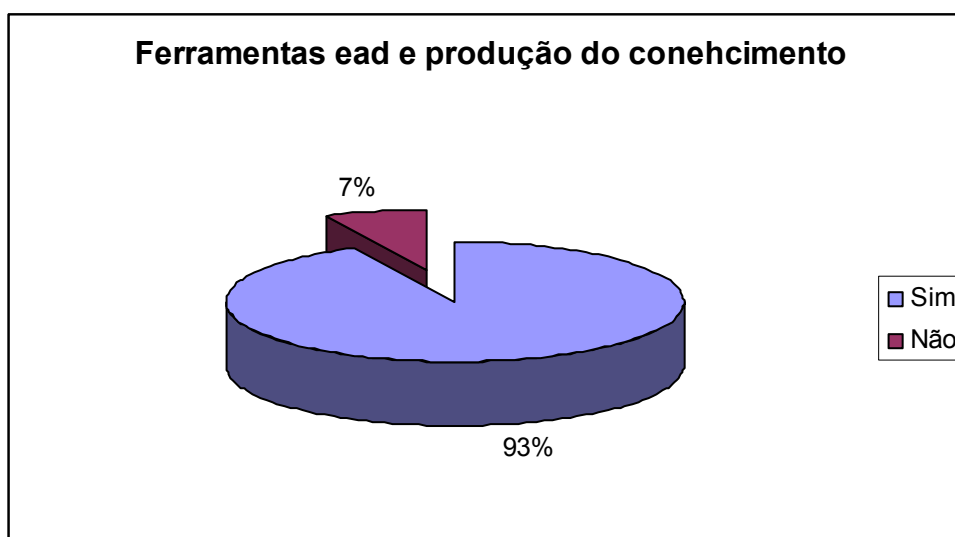


FIGURA 16 – Gráfico de favorecimento de produção de conhecimento com uso de ferramentas telemáticas

¹⁰ Web conferência - o professor ministra a aula e os alunos, via WEB, ouvem sua palestra e vêem suas transparências, podendo realizar perguntas e discussões.

Cordenonsi (2009) reconhece a importância quanto à aplicação das ferramentas em ead. Esta afirmativa vem ao encontro da compreensão dos entrevistados neste estudo, visto que os mesmos, na maioria, reconhecem a relevância e necessidade de sua aplicação.

4.11 A motivação

Quanto à educação à distância motivar o aprendiz, pelo fato deste ter liberdade para escolher o tempo e o espaço que mais lhe convém para estudar, 72% dos coordenadores concordam com a assertiva, 14% deles discorda e 14% deles não tem opinião formada sobre o assunto.

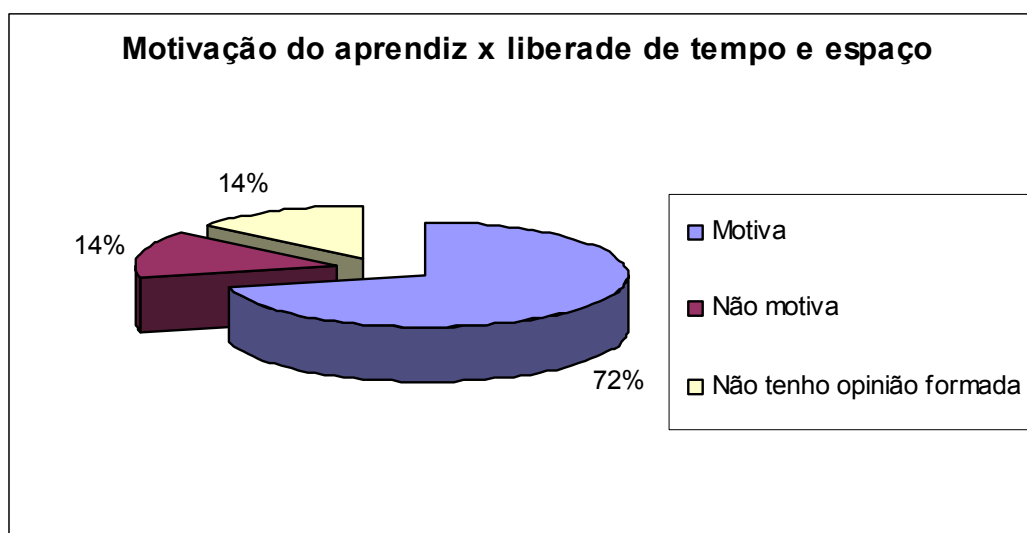


FIGURA 17 – Gráfico de motivação devido à liberdade de escolha de tempo e espaço

Uma das IES ressalta, no entanto, que não é uma condição única que leva a motivação, devendo existir outras.

4.12 Os sentimentos

Motivados a registrarem suas inquietações, indignações, descontentamentos, curiosidades e/ou desconhecimentos sobre esta nova modalidade de ensino, foram as mais diversas respostas.

Em alguns sentimentos registrados percebe-se o antagonismo de percepções. A idéia de uma coordenadora: “O EAD é uma modalidade relativamente nova para a Arquivologia cujo desenvolvimento favorecerá a atualização de profissionais da área” (IES x, 2009) é oposta a outra: “acredito que ead não seja nova, existem sim novas tecnologias que facilitam esta modalidade hoje, mas ensino a distancia existe desde 1950”.

Dois registros de sentimentos reafirmam suas opiniões em assertivas anteriores do mesmo questionário:

Bom, sou a favor do EAD, para atender pessoas ou comunidades que não tem como se deslocar para fazer um curso presencial. Arquivologia seria uma inovação, mas depende na demanda social para ofertar o curso. Mas, uma coisa é importante! Estamos na década do conhecimento, e as tecnologias são um imperativo nas nossas vidas pessoais e profissionais, então devemos navegar conforme as ondas nos direcionam. (IES A, 2009)

Acho que é muito bom. Porém deve existir algum meio do professor poder ter algum encontro presencial com seus alunos. Preocupa-me com relação às disciplinas práticas, como é o caso do curso de arquivologia. Digo isto porque fiz minha especialização em organização de arquivos, praticamente dentro de um arquivo, com a “mão na massa” e o professor junto com a turma para tirar as dúvidas. No ensino a distancia isso não ocorre. Outra questão diz respeito à orientação da monografia. Orientei uma aluna de um curso de especialização a distancia porque ela não tinha nenhum tipo de orientação. Ela teve que escrever a monografia em forma de arquivo, sem saber como escrever um artigo. Então, que qualidade de ensino tem esses cursos que estão proliferando nas faculdades particulares em todo o Brasil, como é o caso dessa aluna? Isso é preocupante... (IES B, 2009)

A experiência ditará parâmetros sobre a questão hoje polêmica, com base no grau de inserção de graduados no mercado de trabalho. A seleção dos conteúdos a serem ministrados no semi- presencial é que fará a diferença, ou seja, os conteúdos que são essenciais à formação de um profissional devem ser objeto do ensino presencial para que deveras se qualifique esses sujeitos. (IES C, 2009)

Não há mais lugar para uma educação engessada. Estamos vivendo num mundo sem fronteiras onde as tecnologias modernas tendem a se modernizar cada vez mais. Sofremos com os pequenos espaços nas escolas, o crescente interesse pela área tem sido significativo e não podemos ignorar essa nova forma de ensinar. (IES D, 2009)

O ensino à distância é mais uma possibilidade que se apresenta a professores, alunos e universidades. Considero extremamente relevante e importante o uso da EAD como forma de alcançar os mais remotos rincões deste país, democratizando o acesso à educação superior e mesmo à educação continuada. (IES E, 2009)

Num primeiro momento o sentimento que posso destacar é a “**Curiosidade**”. Mas essa, muito mais no sentido de desafio por ser uma modalidade de ensino antes não vivenciada. Também ocorreu a

“inquietação” pelo novo, que sempre causa estranhamento. Sobre os outros aspectos ainda não foram experienciados. (IES F, 2009)

Creio que o Ensino a Distância é uma possibilidade a mais de transmissão, construção e comunicação de conhecimentos. Evidente que é necessário muito cuidado na sua implantação e acompanhamento. Tenho curiosidade de saber como os alunos reagem ao aproveitamento dessa modalidade de ensino e de comparar o aproveitamento daqueles que aprendem os conteúdos por meio presencial e a distância. (IES G, 2009)

Outros dois registros de sentimentos são reticentes em relação a esta modalidade de ensino, principalmente na graduação e alertam para alguns pontos que devem ser fiscalizados:

Tenho uma postura absolutamente inquieta e até mesmo indignada em relação ao ensino à distância. Há muitos problemas no ensino presencial e o ensino à distância pode ser um auxílio a ele e não algo que será a salvação do ensino principalmente em relação ao acesso e à democracia. Eu não estou convencida de que é interessante. O professor será muito mais sacrificado, pois não há dúvida alguma que o montante de trabalho será muito, mas muito maior (eu já lidei com alguns aspectos do ensino pelo meio eletrônico e à distância). A relação aluno-professor é calcada numa proximidade que o “à distância” não cobre. Já ouvi relatos de colegas que essa modalidade de ensino é interessante para quem quer fazer uma segunda graduação e quem sabe especialização, mas eu francamente não acredito nessa modalidade. Pode parecer uma postura conservadora, mas nada disso, não há substituto para a velha, boa e anárquica sala de aula, muito chato esse mundinho virtual. (IES H, 2009)

Há oportunistas ávidos por lucros no mercado de ensino. Será necessário atenção, fiscalização, acompanhamento por equipes externas, coisas do gênero, de forma a tornar estas ações de EAD em elementos de formação profissional qualificada e de ampliação de horizontes intelectuais de fato. Um limite de 25 estudantes por tutor é um limite máximo adequado. Este é o caso da UFBA, que vem oferecendo cursos de EAD para docentes, que depois vão poder elaborar seus próprios cursos no sistema Moodle. Durante o curso o debate remoto apontava que havia empresas de ensino privado com 100 alunos por tutor, e mesmo casos em que chegavam a ter até 500 alunos por tutor. É claro que isso é uma farsa. (IES I, 2009)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É convergente ao objetivo desta investigação, o questionamento “poderá a escola ser uma instância em que, na perspectiva da interlocução de saberes, se ressignifique o amplo universo de informações numa perspectiva humanizadora, fundadora de novas relações?” (MARQUES, 1999, p. 14)

Na busca do objetivo central deste estudo, procedeu-se inicialmente, a revisão conceitual dos aspectos relacionados ao tipo de organização em análise, bem como das variáveis que envolvem o ensino arquivístico e a educação à distância no Brasil.

O uso da internet na aprendizagem e no ensino aumentou a gama de práticas educacionais disponíveis aos professores. Eles podem oferecer educação de qualidade para alunos distantes, atingir populações que têm pouco acesso a recursos educacionais, responder a diversos estilos e ritmos de aprendizagem pelos quais os alunos aprendem quebrar barreiras de tempo e espaço e dar acesso a alunos de culturas diferentes

O Brasil ocupa uma posição única no contexto mundial, por possuir uma Secretaria de Educação à Distância em seu Ministério da Educação, a qual é responsável por um programa nacional, que usa a ead para treinamento a professores de ensino elementar que não possuem qualificação, a maioria dos quais atuando em escolas rurais nas regiões mais atrasadas do país.

A educação à distância tem a vantagem adicional de estimular a responsabilidade pessoal. Quem a procura sabe por que o faz, criando-se dessa forma uma nova ética de educação. Sendo também uma metodologia individualizada, é possível a adaptação ao ritmo de cada um e a superação de cada obstáculo passo a passo. O aluno é ao mesmo tempo sujeito e objeto do processo.

A sistematização dos resultados demonstrou que para os arquivistas – profissionais aptos e qualificados a promover a difusão do conhecimento e da informação, o e-learning deveria adicionar novos significados para a educação, propiciando que o conhecimento esteja disponível a qualquer tempo, a qualquer

hora e em qualquer lugar. Porém, talvez esta “chegada repentina” tenha encontrado desprevidos, ainda sem pensar em como seria esta nova concepção de ensino.

A proporção de Coordenadores de Cursos de Arquivologia que já tiveram experiência como docente ou discente em ead é pequena, 43% apenas; em contraponto ao número que nunca teve nenhuma experiência com ead – 36%.

Quanto a produção dos materiais didáticos, é louvável saber que a maioria deles percebe que a produção intelectual de docentes está intrinsicamente ligada ao resultado da aprendizagem. No entanto, estranhamente, em oposição a esta questão, quatro instituições revelaram a impossibilidade de ofertar somente conteúdos do núcleo comum (conteúdos específicos da Arquivística), não os conteúdos do núcleo complementar, considerando a hipótese da sua universidade ofertar curso de graduação, especialização ou extensão à distância.

Mesmo cientes de que o Ministério da Educação brasileiro demonstra a amplo desejo de promover e ampliar o acesso a informação e ao conhecimento por intermédio de tecnologias interativas de ensino-aprendizagem, trazendo inclusive um leque de potencialidades e possibilidades de otimização do tempo presencial de professores e alunos nas instituições de ensino brasileiras, mais da metade das instituições pesquisadas não tem nenhum estudo sobre ead na Arquivologia.

Considerando, a evidência e necessidade de que se deva ofertar ensino arquivístico nas regiões Norte e Sudoeste do Brasil, talvez, ead de qualidade seja a melhor solução.

Partindo das três porcentagens mais altas que o sujeito retém (a figura chamada "aprendizagem e retenção de conhecimento e habilidades"), pode-se transformar em ponto forte as discussões em grupo no curso de educação à distância ministrado (50% de retenção) para que com isso o sujeito passe a praticar este aprendizado (75% de retenção) e conseqüentemente passe a ensiná-lo a outros sujeitos (90% de retenção).

O tempo, em ead, pode transformar-se em uma grande armadilha. O “depois eu faço”... quando é assíncrono o curso, liberdade para acesso e realização das tarefas no horário que lhe convier, pode fazer com com que se acumulem tarefas....

Por sua vez, o papel do docente e do tutor deve ser a preocupação constante com a motivação dos alunos, o estímulo, que nesta modalidade tem uma grande vantagem... Qual seria? Num mundo em que a imagem é usada cada vez mais pra atrair o público à informação veiculada, esta modalidade de ensino apresenta a

vantagem do uso de todos os tipos de recursos informacionais – a adequação do material didático com uso de outras ferramentas telemáticas, como vídeos, por exemplo, pode estimular o estudo. Neste sentido, podem ser sugestões de ações: saber exatamente o que os alunos esperam da disciplina e como esperam desenvolvê-la; ser criativo na hora de elaborar o material didático e as atividades; conhecer o potencial das ferramentas, como o fórum; conhecer mais seus alunos; criar formas alternativas de motivá-los; conhecer quem é o público atendido....

A relação de confiança entre aluno e professor, envolvendo a tutoria, também é importante. Interagir constantemente fortalece essa relação. É quase que obrigatório que, muito mais que no ensino presencial, ter uma relação informal com o aluno – a proximidade, estreitar os laços. Neste sentido, fóruns geralmente denominados cafezinho, são importantes. A idéia não é tratar todos os alunos como se fossem iguais, mas sim, ter presente suas diferenças, de idade, de tempo, de percepção, as quais têm influência direta na motivação pessoal.

Acredita-se que os sujeitos envolvidos no processo, caracterizados pelos docentes, tutores e alunos, assumem papéis fundamentais, que vão além de promover um processo de ensino aprendizagem de qualidade. Estes sujeitos, imbuídos da responsabilidade inerente aos educadores e educandos, deverão, conforme nos ensinou o prof. Mario Osorio Marques, numa analogia, apaixonar-se pelo tema, pelo conteúdo, para que queiram sempre mais....

Como sugestão de continuidade sugere-se o aprofundamento do tema em estudos futuros, uma vez que esta amostra não está completa, pois duas universidades não enviaram suas contribuições.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: MAKRON, 2000.
- BARTALO, Linete. A importância das estratégias de estudo para uma aprendizagem mais significativa na área da Arquivologia. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EdUEL, 2008. cap. 4, p. 89 – 118.
- BITTENCOURT, Paola Rodrigues; VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Perspectivas da graduação em arquivologia na modalidade educacional a distância no Brasil**. Disponível em: < <http://www.asocarchi.cl/DOCS/105.pdf>>. Acesso em 04 out. 2009.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos Cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós—graduação. **Arquivo & Administração**, v. 15, n. 23, p. 12-18, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.
- _____. Decreto n. 82.590, de 06 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei 6546, que dispõe sobre a regulamentação da profissão. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=137&sid=54>>. Acesso em: 10 out. 2009.
- _____. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Diretrizes curriculares para os Cursos de Graduação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Lei n. 6546, de 04 de julho de 1978. Regulamenta a Profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. [*Diário Oficial da República Federativa do Brasil*], Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____. Resolução Nº 28, de 13 de maio de 1974. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Arquivologia.

BRITTO, Maria Teresa Navarro de. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. cap. 3, p. 53 – 86.

CAIXETA, Nely. Educação. In: LAMONIEUR, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. (org.) **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências e Letras**, FAPA, n. 31, p. 187 – 195, jan./jun. 2002.

CASTRO, Ástrea de Moraes e. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília: Stilo, 2008.

CHINAGLIA, Eric. Rodrigo. **Concepção de um programa de desenvolvimento de competências emocionais em e-Learners como estratégia para a diminuição do índice de dropout**. Campinas: [s.n], 2001. (Especialização em Desenvolvimento do Potencial Humano nas Organizações na PUC Campinas). Disponível em: <http://www.techne.com.br/artigos/ArtEdu_ericchinaglia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

CORDENONSI, André Zanki. **Capacitação tecnológica em ead**. Santa Maria: [s.n], 2008. (Material Didático Especialização em Gestão em Arquivos UFSM - UAB)

CORDENONSI, Andre Zanki Cordenonsi; CASTANHO, Denise Molon; SILVA, Rosani B. Pivetta da. A produção de material didático: um estudo da vivência em EaD para um curso de especialização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 6., 2009, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: Associação Universidade em Rede, 2009. Disponível em: <http://www.uemanet.uema.br/artigos_esud/61022.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2009.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998 (Coleção Educação Contemporânea)

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GAK, Luiz Cleber; LINS, Júlia Bellesse da Silva. Formação do Profissional Arquivista na UNIRIO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 9., 1992, Santa Maria. **Anais...**Santa Maria: UFSM, 1992.

GAK, Luiz Cleber. **Rumos da educação arquivística no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. (Tese de doutorado Faculdade de Educação UFRJ)

GAK, Luiz Cleber; GAK, Igor. **Educação arquivística à distância: a democratização do conhecimento arquivístico**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.asocarchi.cl/DOCS/145.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

GAK, Luiz Cleber ; BELLESSE, Julia . Educação arquivística à distância: a democratização do conhecimento arquivístico. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUR, 12., 2007, Vina Del Mar. **Anais...** Vina Del Mar: Associação de Arquivistas do Chile, 2007.

GIL, Antonio C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografia**. São Paulo: Atlas, 2000.

GONÇALVES, Consuelo Tereza Fernandez. **Quem tem medo do ensino à distância**. In: Revista Educação a Distância, n. 7-8, 1996, INED/IBASE. Disponível em: <http://www.dtcom.com.br/artigos/le_artigos.asp?id=24> . Acesso em: 10 out. 2009.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. cap. 4, p. 87 – 112.

_____. A universidade e o ensino brasileiro de Arquivologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - núcleo São Paulo 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed.. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios)

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. revista. Brasília: Projeto Edictorial, 2009. 416 p.

MANCE, Euclides André. **A universidade em questão: o conhecimento como mediação da cidadania e como instrumento do capital**. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=562>. Acesso em: 04 nov. 2009. (aula inaugural Curso de Filosofia do IFIBÉ, Passo Fundo, 08/02/1999)

MACHADO, Carlos Frederico. **A historiografia do processo de formação dos cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: n. p., 2004. Monografia (Curso de Arquivologia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Liliana Dias. **Concepções de espaço e tempo nas teorias de educação a distância**. 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/147tca3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

MAIA, Carmem. Portaria 2253: oportunidades e desafios para o ensino superior. In: MAIA, Carmem. **Guia brasileiro de educação à distância**: 2002/2003. São Paulo: Editora Esfera, 2002.

MARKS, Sikberto R. **Ruptura da mente**: excelência profissional através da leitura e estudo de pérolas: a estratégia revolucionária do alto desempenho pessoal no terceiro milênio. Ijuí: [s.n.], 1998.

MARQUES, Mario Osorio. **A escola no computador**: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Editora Unijuí, 1999. (Coleção Fronteiras da Educação)

_____. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000. (Coleção Educação, 13)

_____. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2000. (Coleção Educação)

MARTINS, Carlos Benedito. A formação do sistema nacional de pós-graduação. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

MARTINS, Daniela Francescutti; ARAÚJO, Adriana; SILVA, Luís. A formação profissional do arquivista. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA, 3., 1992. **Texto de comunicação...** Niteroi: [s.n.] 1992.

MENNE-HARITZ, Angelika. Archivfachliche Ausbildung: den anforderungen des 21. Jahrhunderts gerecht zu warden. In: INTERNATIONALER ARCHIVKONGRESS. 12., 1992, Montreal. **Hauptreferat**. Montreal: [s.n], 1992. 24 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MUNHÓZ, Maria Alcione; LAZZARIN, Márcia Lise Lunardi. **Educação, identidade e diferença**. Santa Maria: n.p., 2008. (Material Didático Especialização Gestão em Arquivos UFSM/UAB)

MOORE, Michael G; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância**: uma visão integrada. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. A educação superior a distância no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) **Educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

NAVARRO, Vinícius Mitto. **A formação em arquivologia na cidade de Porto Alegre: dos cursos livres à graduação universitária**. Porto Alegre: n.p., 2008. Monografia (Curso de Arquivologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NEGROPONTE, Nicolas. **A vida digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PALLOF, Rena M; PRATT, Keith. **O aluno virtual: um guia prático para trabalhar com estudantes on-line**. São Paulo: Artmed Editora, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, 400p.

_____. **Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. 402p.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 80p.

PINTO, Marli Dias de Souza; HEINZEN, Jadna Lúcia Neves; MELO, Pedro Antônio de. **Avaliação como compromisso e instrumento de gestão nas instituições de ensino superior**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas SP: Editora Unicamp, v. 10, n. 1, mar. 2005. p. 105 – 119.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A autoria na rede eletrônica: considerações sobre o sujeito navegador. In: TFOUNI, Leda Verdiani. **Múltiplas faces da autoria: análise do discurso, psicanálise, literatura, modernidade e enunciação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008. (Coleção Linguagens). p. 159 -178.

SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas SP: Editora Unicamp, v. 9, n. 1, mar. 2004.

SANTOS, Joel Abílio Pinto dos. **História e Arquivologia**: as diretrizes curriculares e a interdisciplinaridade. In: Caderno de Arquivologia, n. 1. Santa Maria: UFSM, 2002.

STROHSCHOEN, Cristina; CASTANHO, Denise Molon. Educação à distância: uma reflexão dos métodos didático-pedagógicos em cursos de pós-graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2009, Santa Rosa,RS. **Anais...** Santa Rosa: Departamento de Pedagogia da Unijuí, 2009. 1 CD-Rom.

STROHSCHOEN, Cristina. Der beruf des archivars im informationszeitalter. In: INTERNATIONALER ARCHIVKONGRESS, 12., 1992, Montreal. **Zusatreferat**. Montreal: [s.n], 1992.

STROHSCHOEN, Cristina. A formação profissional do arquivista na era da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 09., 1992, Santa Maria. **Texto de comunicação...** Santa Maria: [n.p.], 1992.

TABORDA, Renato Tarcísio Barbosa de. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., **Anais...** Disponível em:

<<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/renatotarciso.pdf>>.

Acesso em: 03 out. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; FARIAS, Elizabeth. Universidade virtual: um novo conceito na EAD. In: MAIA, Carmem. **Ead.br**: experiências inovadoras em educação à distância no Brasil: reflexões atuais em tempo real. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2003 (Série Universidade Virtual).

VIEIRA, Luiz Renato. **A expansão do ensino superior no Brasil**: abordagem preliminar da políticas públicas e perspectivas para o ensino de graduação. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas SP: Editora Unicamp, v. 8, n. 2 jun. 2003. p. 81-97

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Lápiz, goma y teclado**: tecnología de la información em la educación: Brasil e América Latina. Brasília: RITLA, 2007.

WAHRHAFTIG, Ramiro; FERRAZZA, Ataíde Moacyr; RAUPP, Magda. **Portas abertas para a educação superior**. Curitiba: Fundação Universidade Eletrônica do Paraná, 2001.

WISSMANN, Liane Dal Molin e WIELEWICKI, Hamilton de Godoy. **Ensino a distância como apoio para a formação de professores de língua estrangeira- inglês**. Formas e Linguagens, vol. 1, n. 2, abr-jun/2002, p.125-149.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário Aplicado ao Coordenadores de Cursos de Graduação de Arquivologia de IES do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA GESTÃO EM ARQUIVOS
Estudo sobre a Utilização da Ead na Formação em Arquivologia no Brasil

Objetivo do estudo: Investigar, na opinião dos Gestores de Cursos de Arquivologia do Brasil, quanto a utilização da EAD na formação em Arquivologia

Orientadora: Profa. Msc. Denise Mollon Castanho

Acadêmica: Cristina Strohschoen

1. Que experiências já teve com a modalidade de ensino educação à distância?
 participação em cursos de extensão
 atuação como tutor
 atuação como docente
 atuação como discente
 nenhuma
 outra: _____

2. Os professores, na ead, como conteudistas, precisam produzir seus materiais didáticos. Com relação a esta questão, você acredita ser:
 bom - justifique: _____
 ruim - justifique: _____
 não faz diferença

3. A Educação a Distância, nas universidades, viabiliza o acesso à Educação Superior Pública, na sua opinião ?
 sim
 não
 não tenho opinião formada

4. Existe algum estudo no sentido de viabilizar educação à distância na Arquivologia na sua universidade ?
 sim
 não. Por que? _____
 não tenho opinião formada

5. Considerando a hipótese da sua universidade ofertar curso de graduação, especialização ou extensão à distância, identifique quais áreas/ conteúdos considera que isso seja possível:
 Núcleo comum – específicas (conteúdos da arquivística)
 Núcleo complementar: outras como administração, direito, e outras.....

6. Você tem conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9394, de 1996, que autoriza as instituições de ensino superior a oferecer até 20% da carga horária de seus cursos na modalidade semi-presencial?

- sim
- não
- não tenho opinião formada

7. Você acredita que a modalidade de ensino à distância pode contribuir para qualificar o ensino presencial?

- sim
- não
- não tenho opinião formada

8. Quanto a modalidade de ensino à distancia, você acredita que:

*** nesta questão você pode escolher mais de um opção**

- nunca substituirá a modalidade de ensino presencial
- constitui-se em auxílio a modalidade presencial
- facilita o acesso ao ensino superior
- dá oportunidade para quem reside fora dos grandes centros

9. Na sua opinião, as tecnologias de Informação e Comunicação utilizados na educação à distância favorecem uma educação de qualidade?

- sim
- não
- não tenho opinião formada

10. Você considera que as ferramentas utilizadas em ead, como por exemplo vídeos, chats, fóruns, vídeo conferência, entre outros favorecem a produção/construção do conhecimento neste contexto?

- sim
- não
- não tenho opinião formada

11 Acredita que a educação à distância motiva o aprendiz por ter liberdade para escolher o tempo e o espaço que mais lhe convém para estudar?

- sim
- não
- não tenho opinião formada

12. Registre seu sentimento, como alguma inquietação, indignação, descontentamento, curiosidade, desconhecimento, sobre esta nova modalidade de ensino: